

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Chefe de Gabinete da P.G.J.

THAÍS CAIRO SOUZA LOPES
Promotora Assessora do P.G.J.

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Ouvidora

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL - CESAF

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Coordenadora

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO Telefone: (63) 3216-7600

PORTARIA Nº 456/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 003/2009/CPJ, de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR DANIEL ESTÊNIO ROCHA PINHEIRO LIMA do serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, prestado na 2ª Promotoria de Justiça de Araguaína, a partir de 05 de junho de 2018.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de junho de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 457/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Complementar nº 51 de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça LEONARDO GOUVEIA OLHE BLANCK para responder cumulativamente pela Promotoria de Justiça de Filadélfia, de 06 de junho a 05 de julho de 2018.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de junho de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 461/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o exercício das funções do servidor CAIO RUBEM DA SILVA PATURY, Assistente de Gabinete de Procurador de Justiça, matrícula nº 105710, na 2ª Procuradoria de Justiça e na 22ª Promotoria de Justiça da Capital, a partir de 04 de junho de 2018.

Art. 2º REVOGA-SE as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de junho de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PORTARIA Nº 462/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Complementar nº 51 de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA para atuar, conjuntamente com este Procurador-Geral de Justiça, na sessão do Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, no dia 07 de junho de 2018.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de junho de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 463/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Complementar nº 51 de 02 de janeiro de 2008;

R E S O L V E :

Art. 1º DESIGNAR os membros e servidores, adiante relacionados, para comporem o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI, instituído no âmbito deste Ministério Público Estadual pelo Ato nº 072/2011:

Presidente: Maria Cotinha Bezerra Pereira (Promotora de Justiça e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça);

Secretário: Huan Carlos Borges Tavares (Chefe do DMTI);

Membros: Célio Sousa Rocha (Coordenador do NIS – Promotor de Justiça), Miguel Batista de Siqueira Filho (Promotor de Justiça), João Rodrigues Filho (Corregedor Geral), Natália Fernandes Machado Nascimento (Encarregada de Área de Suporte e Sistemas Finalísticos), Luciano Cesar Casaroti (Presidente da ATMP – Promotor de Justiça), Thaís Cairo Souza Lopes (Assessora do PGJ – Promotora de Justiça), Marcos Conceição da Silva (Chefe de Planejamento e Gestão), Uiliton da Silva Borges (Diretor-Geral).

Art. 2º REVOGAM-SE as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas/TO, 07 de junho de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 464/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, pela Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELEECER lotação à servidora SÂMIA DE OLIVEIRA HOLANDA, Encarregado de Área, na Área de Apoio Técnico à Gestão Documental, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de junho de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 465/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso V, da Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008, considerando as disposições da Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e respectivas alterações, que tratam da estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins, e considerando o requerimento formulado pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Francisco Pinto;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 05 de junho de 2018, a servidora MÉRCIA HELENA MARINHO DE MELO - Técnico Ministerial – Assistente Administrativo, matrícula nº 96009, para provimento do cargo em comissão de Auxiliar Técnico – DAM 2, estabelecendo sua lotação na 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de junho de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 466/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea “g”, da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016;

RESOLVE:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Art. 1º Designar os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal da titular, do contrato elencado a seguir:

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	Número do Contrato	Objeto do Contrato
Jadson Martins Bispo Mat. nº 102710	Daniilo Carvalho da Silva Mat. nº 129415	054/2018	O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE ADESIVOS , com o fim de atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme discriminação prevista no Anexo II – do Edital do Pregão Presencial Nº 041/2017 Processo administrativo Nº 2017/0701/00466, parte integrante do presente instrumento.
Jadson Martins Bispo Mat. nº 102710	Daniilo Carvalho da Silva Mat. nº 129415	048/2018	O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MOTORES PARA PORTÃO DESLIZANTE E DEMAIS PEÇAS INTEGRANTES DE MOTOR DE PORTÃO , com o fim de atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça e Promotorias de Justiça do Interior do Estado do Tocantins, conforme discriminação prevista no item 1.1 da Ata de Registro de Preços nº 072/2017, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 035/2017, Processo administrativo nº 2017.0701.00411, parte integrante do presente instrumento.

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de junho de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 467/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECE lotação provisória ao servidor MARCÍLIO ROBERTO MOTA BRASILEIRO, Analista Ministerial Especializado: Análise de Sistemas, Matrícula nº 96309, na Corregedoria-Geral do Ministério Público, no período de 07 de junho de 2018 a 13 de dezembro de 2018.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de junho de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 468/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008,

Considerando a solicitação contida no requerimento nº 07010229527201881, da lavra da Chefe de Gabinete do Corregedor-Geral do Ministério Público;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a partir de 06 de junho de 2018, a Portaria 435/2018, na parte que designou o exercício das funções do servidor FERNANDO VALADARES TORRES CORREIA, Assessor Jurídico da Corregedoria Geral, matrícula nº 89508 no Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de junho de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 469/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008,

Considerando a solicitação contida no requerimento nº 07010229527201881, da lavra da Chefe de Gabinete do Corregedor-Geral do Ministério Público;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a partir de 06 de junho de 2018, a Portaria 436/2018, na parte que designou o exercício das funções do servidor BENEDICTO JOSÉ ISMAEL NETO, Assessor Jurídico da Corregedoria Geral, matrícula nº 101110, no Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de junho de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 470/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008 e Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECE lotação ao servidor DANIEL ESTÊNIO ROCHA PINHEIRO LIMA, Auxiliar Técnico – DAM 2, matrícula nº 153218, na 3ª Promotoria de Justiça de Araguaína, a partir de 06 de junho de 2018.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de junho de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 19.30.1540.00000-0/2018-02
ASSUNTO: Ressarcimento de despesas
INTERESSADA: CELSIMAR CUSTÓDIO SILVA

DESPACHO Nº 267/2018 – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando a viagem a serviço efetuada pelo Promotor de Justiça Celsimar Custódio Silva, no itinerário entre Tocantinópolis/Ananás/Tocantinópolis, nos dias 11 e 12 de abril de 2018; 09 a 11 de maio de 2018; 16 de maio de 2018 e 21 de maio de 2018; conforme Memória de Cálculo nº 046/2018 e demais documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido Promotor de Justiça, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 287,22 (duzentos e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária na ação de Defesa do Interesse Público nos processos judiciais (CÓDIGO 2253).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de junho de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016.0701.000286

ASSUNTO: Prorrogação do prazo do Contrato nº 046/2016 - Locação de Imóvel para abrigar a Sede das Promotorias de Justiça de Aurora-TO – Segundo Termo Aditivo.

DESPACHO Nº 268/2018 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 7, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e em consonância com o Parecer Administrativo nº 117/2018, de 06 de junho de 2018, às fls. 284/286, emitido pela Assessoria Especial Jurídica deste Órgão, AUTORIZO a prorrogação do prazo estipulado no Contrato nº 046/2016, firmado em 14 de junho de 2016, entre a PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS e ENILSON DE ALMEIDA MARTINS, referente à locação de Imóvel para abrigar a Sede das Promotorias de Justiça de Aurora-TO, por mais 12 (doze) meses, a partir de 25 de junho de 2018, deferindo a lavratura definitiva do Segundo Termo Aditivo ao referido Contrato, e determinando o encaminhamento dos presentes autos à Diretoria-Geral para as devidas providências.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 07 de junho de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2008.0701.000494

ASSUNTO: Prorrogação do prazo do Contrato nº 010/2008 - Locação de Imóvel para abrigar a Sede da Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia-TO – Décimo Termo Aditivo.

DESPACHO Nº 269/2018 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 7, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e em consonância com o Parecer Administrativo nº 116/2018, de 06 de junho de 2018, às fls. 1265/1266, emitido pela Assessoria Especial Jurídica deste Órgão, AUTORIZO a prorrogação do prazo estipulado no Contrato nº 010/2008, firmado em 20 de junho de 2008, entre a PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS e DOMINGOS ROSALO DA SILVA, referente à locação de Imóvel para abrigar a Sede da Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia-TO, por mais 06 (seis) meses, a partir de 20 de junho de 2018, deferindo a lavratura definitiva do Décimo Termo Aditivo ao referido Contrato, e determinando o encaminhamento dos presentes autos à Diretoria-Geral para as devidas providências.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 07 de junho de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: MARCELO LIMA NUNES

DESPACHO Nº 270/2018 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça MARCELO LIMA NUNES, para conceder-lhe 06 (seis) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 27, 28, 29, 30, 31 de agosto e 03 de setembro de 2018, em compensação aos dias 24 e 25/06/2017; 22 e 23/07/2017 e 21 e 22/10/2017, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 06 de junho de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO DE SOFTWARE Nº 09/2018

PROCESSO: 19.30.1550.0000206/2018-47.

PARTICIPANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins – MP/TO, por intermédio de sua Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ e a Câmara Municipal de Palmas – TO.

OBJETO: Cessão do software ATHENAS, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e área finalística.

VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 18/05/2018.

SIGNATÁRIOS: Clenan Renaut de Melo Pereira – Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins e José do Lago Folha Filho – Vereador Presidente da Câmara Municipal de Palmas – TO.

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO

PROCESSO: 2017.0701.00475

PARTICIPANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins – MP/TO, o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR.

OBJETO: Adesão do Ministério Público do Estado do Tocantins ao Acordo de Cooperação celebrado entre o CNMP e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, que visa ao aperfeiçoamento e à atualização das atividades dos profissionais da arquitetura e urbanismo, membros e servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins e a execução de ações complementares de interesse comum, com o objetivo de garantir a implementação das exigências de acessibilidade previstas na legislação brasileira.

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União, dia 18 de maio de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 15/05/2018.

SIGNATÁRIOS: Clenan Renaut de Melo Pereira – Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins; Adriana Zawada Melo – Secretária-Geral do CNMP e Antonio Luciano de Lima Guimarães – Presidente do CAU/BR.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA DG Nº 096/2018

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 033/2017, de 03 de abril de 2017.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no Suporte dos Sistemas de Processo Eletrônico, exposta no requerimento protocolado sob o nº 07010229658201869, em 07 de junho de 2018, da lavra da Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira, Promotora de Justiça/Chefe de Gabinete do PGJ.

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Natália Fernandes Machado do Nascimento, referentes ao período aquisitivo 2016/2017, marcadas anteriormente de 01/06/2018 a 30/06/2018, assegurando o direito de usufruto desse 30 (trinta) dias em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 07 de junho de 2018.

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

PORTARIA DG Nº 097/2018

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 033/2017, de 03 de abril de 2017.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) Gabinete da Diretoria-Geral.

RESOLVE:

Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, o usufruto do recesso natalino de 2016/2017 do(a) servidor(a) Maria Lêda de Almeida Andrade, a partir do dia 11/06/2018, marcado anteriormente de 04/06/2018 à 21/06/2018, assegurando o direito de usufruto dos 11 (onze) dias restantes em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 08 de junho de 2018.

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATO CSMP Nº 029/2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e em observância ao art. 54 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério do Estado do Tocantins,

RESOLVE

Artigo 1º TORNAR PÚBLICO os pedidos de inscrição ao **Edital nº. 15**, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, Edição nº 521, em 28/05/2018, para Promoção ao cargo de **9º Procurador de Justiça**, pelo **critério de Merecimento**, dos candidatos Miguel Batista de Siqueira Filho, Maria Cotinha Bezerra Pereira, Ana Paula Reigota Ferreira Catini, Moacir Camargo de Oliveira, Gilson Arrais de Miranda, Marcos Luciano Bignotti, Maria Cristina da Costa Vilela, Marcelo Ulisses Sampaio, Edson Azambuja e Beatriz Regina Lima de Mello, para **Promoção**.

Artigo 2º Determinar a divulgação do presente ato no sítio do Ministério Público Estadual, bem como sua imediata publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 08 de junho de 2018.

José Omar de Almeida Júnior
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do CSMP/TO

PAUTA DA 191ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO 12/06/2018 – 9H

- 1 Apreciação de Atas;
- 2 Aberturas dos Concursos de Remoção/Promoção de 3ª, 2ª e 1ª Entrâncias;
- 3 E-doc nº 07010229181201811 – Interessado: Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Encaminha para referendo, Ato nº 043/2018, que trata da Lista de Antiguidade dos Membros do Ministério Público do Estado do Tocantins, situação até 30 de maio de 2018 (Secretário José Demóstenes).
- 4 E-doc's nº 07010228141201852 e 07010228155201876 – Interessado: Procurador-Geral de Justiça. Assunto:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

- Encaminha para referendo, as Portarias nº 408 e 409, que tratam de designação dos Promotores de Justiça Vinícius de Oliveira e Silva e Juan Rodrigo Carneiro Aguirre para responderem, cumulativamente, pela 6ª Procuradoria de Justiça, nos períodos de 02 a 16/07/2018 e 17/07 a 03/08/2018, respectivamente, durante as férias da titular do cargo (Secretário José Demóstenes);
- 5 E-doc nº 07010229149201836 – Interessado: Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Encaminha, para referendo, a Portaria nº 434/2018, que designou o Promotor de Justiça Miguel Batista de Siqueira Filho, para responder, cumulativamente, pela 2ª Procuradoria de Justiça, a partir de 04/06/2018 (Secretário José Demóstenes);
- 6 Procedimento Administrativo nº 2018/5950 - Interessada: Promotora de Justiça Luma Gomides de Souza. Assunto: Requerimento de autorização para residir fora da Comarca (Procurador-Geral de Justiça);
- 7 Autos CSMP nº 015/2017 (E-doc nº 07010189798201714) – Interessados: Promotores de Justiça Marcelo Ulisses Sampaio e Octahydes Ballan Júnior. Assunto: Requerimento de regra de transição decorrente da edição da Resolução CSMP nº 003/2017 (Conselheiro José Demóstenes de Abreu, com vista dos autos concedida na 188ª Sessão Ordinária);
- 8 Autos CSMP nº 007/2018 - Interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Pedido de reconsideração formulado pelo Promotor de Justiça Roberto de Freitas Garcia contra decisão da Corregedoria-Geral no Pedido de Providências (Classe II) nº 004/2018 (Conselheiro José Demóstenes de Abreu);
- 9 Autos CSMP nº 008/2018 (E-doc nº 07010218110201893) – Interessada: Promotora de Justiça Thaís Cairo Souza Lopes. Assunto: Requerimento de pontuação por contribuição ao aprimoramento institucional (Conselheiro Alcir Raineri Filho, com vista dos autos concedida na 190ª Sessão Ordinária);
- 10 Autos CSMP nº 016/2017 (E-doc nº 07010190447201748) - Interessado: Promotor de Justiça Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira. Assunto: Requerimento de Alteração da Resolução CSMP nº 001/2012 (Conselheiro Alcir Raineri Filho);
- 11 Autos CSMP nº 001/2018 (E-doc nº 07010194396201812) – Interessado: Promotor de Justiça André Ricardo Fonseca Carvalho. Assunto: Proposta de alteração do art. 10, I, da Resolução CSMP nº 001/2012 (Conselheiro João Rodrigues Filho);
- 12 Autos CSMP nº 160/2014 – Interessado: Promotor de Justiça Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira. Assunto: Pedido de Controle Administrativo com pleito de liminar para suspensão da publicação de editais de movimentação na carreira (Conselheiro José Omar de Almeida Júnior);
- 13 E-doc nº 07010226361201841 – Interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminha, para conhecimento, Relatórios de Inspeção de Porto Nacional, Ponte Alta, Novo Acordo, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins Itaguatins para conhecimento, com especial atenção às observações lançadas ao final dos Relatórios (Corregedor-Geral João Rodrigues Filho);
- 14 E-doc nº 07010225482201876 – Interessado: Promotor de Justiça Rogério Rodrigo Ferreira Mota. Assunto: Encaminha, para conhecimento, documentos que comprovam a conclusão do Curso de Pós-Graduação “Estado de Direito e Combate a Corrupção” (Secretário José Demóstenes);
- 15 E-doc nº 07010224074201813 – Interessado: Promotor de Justiça Thiago Ribeiro Franco Vilela. Assunto: Encaminha, para conhecimento, declaração de frequência referente ao mês de abril/2018, do Curso de Pós-Graduação em Direito – Nível Mestrado (Secretário José Demóstenes);
- 16 E-doc nº 07010225273201822 – Interessado: Promotor de Justiça Octahydes Ballan Júnior. Assunto: Encaminha cópia do trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação da ESMAT em Estado de Direito e Combate à Corrupção (Secretário José Demóstenes);
- 17 E-doc nº 07010225283201868 – Interessada: Promotora de Justiça Isabelle Rocha Valença Figueiredo. Assunto: Encaminha cópia do trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação da ESMAT em Estado de Direito e Combate à Corrupção, bem como relatório das atividades desenvolvidas, com a frequência desta Promotora de Justiça durante todo o curso (Secretário José Demóstenes);
- 18 E-doc nº 07010225285201857 – Interessada: Promotora de Justiça Cynthia Assis de Paula. Assunto: Encaminha cópia do trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação da ESMAT em Estado de Direito e Combate à Corrupção, bem como relatório das disciplinas cursadas (Secretário José Demóstenes);
- 19 E-doc nº 07010228435201884 - Interessado: Promotor de Justiça Luiz Francisco de Oliveira. Assunto: Encaminha, anexo, cópia da declaração de Matrícula e de frequências referentes aos meses de março, abril e maio de 2018, no curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (Secretário José Demóstenes);
- 20 E-doc nº 07010223095201811 - Interessado: Promotor de Justiça Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira. Assunto: Encaminha inventário das 6ª e 9ª Promotorias de Justiça de Araguaína, bem como da Promotoria de Justiça de Wanderlândia (Secretário José Demóstenes);

- 21 E-doc nº 07010224115201855 – Interessado: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF. Assunto: Encaminha, para aprovação, Projeto Pedagógico da Oficina: “Atuação do Ministério Público Eleições nas Eleições”, que acontecerá no dia 07 de maio de 2018 (Secretário José Demóstenes);
- 22 E-doc nº 07010224211201811 - Interessado: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF. Assunto: Encaminha, para aprovação, Projeto Pedagógico da Oficina: “Solidariedade institucional para garantia de segurança dos alimentos”, que ocorrerá no dia 15 de junho de 2018 (Secretário José Demóstenes);
- 23 E-doc nº 07010227933201818 - Interessado: Promotor de Justiça Miguel Batista de Siqueira Filho. Assunto: Requer referendo, pelo Conselho Superior do Ministério Público, das Portarias nº 095/2011, 278/2011, 390/2011, 038/2013, 939/2013, 727/2015, 160/2016 e 159/2016, referente as designações realizadas pelo Procurador-Geral de Justiça, para fins de obtenção da pontuação prevista no artigo 19, VII, a, da Resolução CSMP nº 001/2012 (Secretário José Demóstenes);
- 24 E-doc nº 07010228974201813 - Interessado: Promotor de Justiça Pedro Evandro de Vicente Rufato. Assunto: Requer referendo, pelo Conselho Superior do Ministério Público, da Portaria nº 546/2015, de designação realizada pelo Procurador-Geral de Justiça, para fins de obtenção da pontuação prevista no artigo 19, VII, a, da Resolução CSMP nº 001/2012 (Secretário José Demóstenes);
- 25 Pedido de Providência de Classe II nº 25/2018. Interessada: Corregedoria-Geral do Ministério. Assunto: Requerimento de averbação de pontuação em prontuário individual, formulado pelos Promotores de Justiça Marcelo Ulisses Sampaio, Rodrigo Alves Barcellos e Alzemiro Wilson Peres Freitas;
- 26 Expedientes informando instauração de Inquéritos Cíveis Públicos:
- 26.1 E-doc nº 07010223256201851 - Inquéritos Cíveis Públicos nº 001/2018, 002/2018, 003/2018, 004/2018 e 005/2018 (6ª P.J. de Araguaína);
- 26.2 E-doc nº 07010223675201892 - Inquérito Cível Público nº 002/2017 (P.J. de Xambioá);
- 26.3 E-doc nº 07010223641201814 - Inquérito Cível Público nº 2018.0004807 (P.J. de Almas);
- 26.4 E-doc nº 07010223650201899 - Inquérito Cível Público nº 2018.0005609 (P.J. de Ananás);
- 26.5 E-doc nº 07010223546201811 - Inquérito Cível Público nº 2018.0005601 (GECEP);
- 26.6 E-doc nº 07010224152201863 - Inquérito Cível Público nº 2018.0000567 (27ª P.J. da Capital);
- 26.7 E-doc nº 07010224225201817 - Inquérito Cível Público nº 2018.0005676 (9ª P.J. da Capital);
- 26.8 E-doc nº 07010224258201867 - Inquérito Cível Público nº 2018.0003879 (1ª P.J. de Arraias);
- 26.9 E-doc nº 07010224282201812 - Inquérito Cível Público nº 2018.0003965 (2ª P.J. de Colinas);
- 26.10 E-doc nº 07010224049201813 - Inquérito Cível Público nº 2018.0004609 (P.J. de Tocantínia);
- 26.11 E-doc nº 07010223933201831 - Inquérito Cível Público nº 2018.0005637 (1ª P.J. de Miranorte);
- 26.12 E-doc nº 07010223920201861 - Inquérito Cível Público nº 2018.0002748 (23ª P.J. da Capital);
- 26.13 E-doc nº 07010223855201874 - Inquérito Cível Público nº 2018.0003316 (7ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.14 E-doc nº 07010223805201897 - Inquérito Cível Público nº 2018.0005629 (2ª P.J. de Araguatins);
- 26.15 E-doc nº 07010223798201823 - Inquérito Cível Público nº 2018.0005628 (2ª P.J. de Araguatins);
- 26.16 E-doc nº 07010224200201813 - Inquérito Cível Público nº 003/2017 (P.J. de Paranã);
- 26.17 E-doc nº 07010224357201849 - Inquérito Cível Público nº 071/2012 (28ª P.J. da Capital);
- 26.18 E-doc nº 07010224445201841 - Inquérito Cível Público nº 2018.0005707 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
- 26.19 E-doc nº 07010224466201866 - Inquérito Cível Público nº 2018.0005710 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
- 26.20 E-doc nº 07010224427201869 - Inquérito Cível Público nº 2018.0005705 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
- 26.21 E-doc nº 07010224414201891 - Inquérito Cível Público nº 2018.0004150 (27ª P.J. da Capital);
- 26.22 E-doc nº 07010224406201843 - Inquérito Cível Público nº 2018.0005093 (1ª P.J. de Miranorte);
- 26.23 E-doc nº 07010224681201867 – Inquérito Cível Público nº 2017.0001058 (P.J. de Ananás);
- 26.24 E-doc nº 07010224694201836 – Inquérito Cível

Público nº 2018.0005614 (P.J. de Ananás);
 26.25 E-doc nº 07010224711201835 – Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005609 (P.J. de Ananás);
 26.26 E-doc nº 07010224699201869 – Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005613 (P.J. de Ananás);
 26.27 E-doc nº 07010224704201833 – Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005604 (P.J. de Ananás);
 26.28 E-doc nº 07010225081201816 – Inquérito Civil
 Público nº 2018.0000243 (P.J. de Xambioá);
 26.29 E-doc nº 07010225299201871 - Inquérito Civil
 Público nº 2017.0003724 (7ª P.J. de Porto Nacional);
 26.30 E-doc nº 07010225429201875 - Inquérito Civil
 Público nº 2017.0001347 (7ª P.J. de Porto Nacional);
 26.31 E-doc nº 07010225197201855 - Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005823 (6ª P.J. de Gurupi);
 26.32 E-doc nº 07010225286201818 - Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005849 (P.J. de Figueirópolis);
 26.33 E-doc nº 07010225200201831 - Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005824 (6ª P.J. de Gurupi);
 26.34 E-doc nº 07010225347201821 - Inquérito Civil
 Público nº 2017.0002859 (28ª P.J. da Capital);
 26.35 E-doc nº 07010225192201822 - Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005825 (6ª P.J. de Gurupi);
 26.36 E-doc nº 07010225186201875 - Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005590 (6ª P.J. de Gurupi);
 26.37 E-doc nº 07010225189201817 - Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005822 (6ª P.J. de Gurupi);
 26.38 E-doc nº 07010225289201835 - Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005617 (6ª P.J. de Gurupi);
 26.39 E-doc nº 07010225385201883 - Inquérito Civil
 Público nº 2017.0001708 (1ª P.J. de Cristalândia);
 26.40 E-doc nº 07010225416201812 - Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005867 (P.J. de Almas);
 26.41 E-doc nº 07010225501201864 - Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005570 (9ª P.J. de Araguaína);

26.42 E-doc nº 07010225573201811 - Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005881 (23ª P.J. da Capital);
 26.43 E-doc nº 07010225575201817 - Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005882 (23ª P.J. da Capital);
 26.44 E-doc nº 07010225577201891 - Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005883 (23ª P.J. da Capital);
 26.45 E-doc nº 07010225569201843 - Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005880 (23ª P.J. da Capital);
 26.46 E-doc nº 07010225583201847 - Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005884 (23ª P.J. da Capital);
 26.47 E-doc nº 07010225550201813 - Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005877 (23ª P.J. da Capital);
 26.48 E-doc nº 07010225585201836 - Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005885 (23ª P.J. da Capital);
 26.49 E-doc nº 07010225553201831 - Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005878 (23ª P.J. da Capital);
 26.50 E-doc nº 07010225555201821 - Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005879 (23ª P.J. da Capital);
 26.51 E-doc nº 07010225773201864 - Inquérito Civil
 Público nº 2018.0005255 (P.J. de Almas);
 26.52 E-doc nº 07010222650201871 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005508 (1ª P.J. de Cristalândia);
 26.53 E-doc nº 07010222652201861 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005509 (1ª P.J. de Cristalândia);
 26.54 E-doc nº 07010222656201849 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005511 (1ª P.J. de Cristalândia);
 26.55 E-doc nº 07010222658201838 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005512 (1ª P.J. de Cristalândia);
 26.56 E-doc nº 07010222665201831 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005515 (1ª P.J. de Cristalândia);
 26.57 E-doc nº 07010222667201829 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005516 (1ª P.J. de Cristalândia);
 26.58 E-doc nº 07010222705201843 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005453 (22ª P.J. da

Capital);	Civil Público nº 2018.0005604 (P.J. de Ananás);
26.59 E-doc nº 07010222896201843 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003801 (2ª P.J. de Colinas);	26.76 E-doc nº 07010223619201858 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005607 (P.J. de Ananás);
26.60 E-doc nº 07010223073201835 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005530 (22ª P.J. da Capital);	26.77 E-doc nº 07010223492201877 – Inquéritos Cíveis Públicos nº 022/2018 e 023/2018 (5ª P.J. de Porto Nacional);
26.61 E-doc nº 07010223188201821 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000298 (22ª P.J. da Capital);	26.78 E-doc nº 07010223673201811 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005612 (1ª P.J. de Taguatinga);
26.62 E-doc nº 07010222955201883 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005371 (22ª P.J. da Capital);	26.79 E-doc nº 07010223841201851 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003054 (7ª P.J. de Porto Nacional);
26.63 E-doc nº 07010223113201849 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001345 (17ª P.J. de Porto Nacional);	26.80 E-doc nº 07010223681201841 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005613 (P.J. de Ananás);
26.64 E-doc nº 07010223114201893 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001344 (7ª P.J. de Porto Nacional);	26.81 E-doc nº 07010223691201885 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005614 (P.J. de Ananás);
26.65 E-doc nº 07010223160201892 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001607 (7ª P.J. de Porto Nacional);	26.82 E-doc nº 07010223703201871 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002874 (7ª P.J. de Porto Nacional);
26.66 E-doc nº 07010223177201841 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001709 (17ª P.J. de Porto Nacional);	26.83 E-doc nº 07010224393201811 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005699 (1ª P.J. de Miranorte);
26.67 E-doc nº 07010223216201817 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002181 (7ª P.J. de Porto Nacional);	26.84 E-doc nº 07010224394201857 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005700 (1ª P.J. de Miranorte);
26.68 E-doc nº 07010223228201833 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000133 (7ª P.J. de Porto Nacional);	26.85 E-doc nº 07010224395201818 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005701 (1ª P.J. de Miranorte);
26.69 E-doc nº 07010223234201891 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005563 (2ª P.J. de Colinas);	26.86 E-doc nº 07010224568201881 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004083 (5ª P.J. de Araguaína);
26.70 E-doc nº 07010223281201834 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002874 (7ª P.J. de Porto Nacional);	26.87 E-doc nº 07010224636201811 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003842 (2ª P.J. de Colinas);
26.71 E-doc nº 07010223404201837 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002564 (6ª P.J. de Gurupi);	26.88 E-doc nº 07010224639201846 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003888 (2ª P.J. de Colinas);
26.72 E-doc nº 07010223509201896 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005133 (P.J. de Goiatins);	26.89 E-doc nº 07010224671201821 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003890 (2ª P.J. de Colinas);
26.73 E-doc nº 07010223488201817 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002818 (P.J. de Filadélfia);	26.90 E-doc nº 07010224532201814 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003552 (6ª P.J. de Araguaína);
26.74 E-doc nº 07010223511201865 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005132 (P.J. de Goiatins);	26.91 E-doc nº 07010224687201834 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005607 (P.J. de Ananás);
26.75 E-doc nº 07010223583201811 – Inquérito	26.92 E-doc nº 07010224906201885 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005759 (1ª P.J. de

Cristalândia);	Civil Público nº 2017.0003343 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
26.93 E-doc nº 07010224913201887 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005760 (1ª P.J. de Cristalândia);	26.109 E-doc nº 07010225652201812 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003798 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
26.94 E-doc nº 07010224918201818 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005761 (1ª P.J. de Cristalândia);	26.110 E-doc nº 07010225943201819 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003556 (23ª P.J. da Capital);
26.95 E-doc nº 07010224927201817 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005764 (1ª P.J. de Cristalândia);	26.111 E-doc nº 07010225941201811 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005946 (23ª P.J. da Capital);
26.96 E-doc nº 07010224929201891 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005765 (1ª P.J. de Cristalândia);	26.112 E-doc nº 07010225959201813 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004875 (23ª P.J. da Capital);
26.97 E-doc nº 07010224999201848 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005778 (1ª P.J. de Cristalândia);	26.113 E-doc nº 07010225945201816 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003657 (23ª P.J. da Capital);
26.98 E-doc nº 07010224982201891 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005766 (1ª P.J. de Miranorte);	26.114 E-doc nº 07010225947201899 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003655 (23ª P.J. da Capital);
26.99 E-doc nº 07010225106201881 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000558 (P.J. de Xambioá);	26.115 E-doc nº 07010225949201888 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003636 (23ª P.J. da Capital);
26.100 E-doc nº 07010225110201841 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005818 (P.J. de Ananás);	26.116 E-doc nº 07010225951201857 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003641 (23ª P.J. da Capital);
26.101 E-doc nº 07010225116201817 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002867 (28ª P.J. da Capital);	26.117 E-doc nº 07010225953201846 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003637 (23ª P.J. da Capital);
26.102 E-doc nº 07010225119201851 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002856 (28ª P.J. da Capital);	26.118 E-doc nº 07010225955201835 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003635 (23ª P.J. da Capital);
26.103 E-doc nº 07010225122201874 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002857 (28ª P.J. da Capital);	26.119 E-doc nº 07010225957201824 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003634 (23ª P.J. da Capital);
26.104 E-doc nº 07010225124201863 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002855 (28ª P.J. da Capital);	26.120 E-doc nº 07010226157201821 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003648 (23ª P.J. da Capital);
26.105 E-doc nº 07010225126201852 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002858 (28ª P.J. da Capital);	26.121 E-doc nº 07010226159201811 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004874 (23ª P.J. da Capital);
26.106 E-doc nº 07010225044201816 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005811 (1ª P.J. de Cristalândia);	26.122 E-doc nº 07010226164201822 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003647 (23ª P.J. da Capital);
26.107 E-doc nº 07010225365201811 – Inquéritos Cíveis Públicos nº 834/2018, 835/2018 e 837/2018 (P.J. de Xambioá);	26.123 E-doc nº 07010226166201811 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003644 (23ª P.J. da Capital);
26.108 E-doc nº 07010225590201849 – Inquérito	26.124 E-doc nº 07010226169201855 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003643 (23ª P.J. da Capital);
	26.125 E-doc nº 07010226173201813 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003642 (23ª P.J. da Capital);
	26.126 E-doc nº 07010226175201811 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003640 (23ª P.J. da Capital);
	26.127 E-doc nº 07010226242201899 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003639 (23ª P.J. da Capital);
	26.128 E-doc nº 07010226040201847 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002870 (28ª P.J. da Capital);

26.129 E-doc nº 07010226118201823 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000108 (P.J. de Paranã);	Cristalândia);
26.130 E-doc nº 07010226228201895 – Inquérito Civil Público nº 2018.0002943 (28ª P.J. da Capital);	26.149 E-doc nº 07010227695201832 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006082 (P.J. de Itaguatins);
26.131 E-doc nº 07010226226201812 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002942 (28ª P.J. da Capital);	26.150 E-doc nº 07010227699201811 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006081 (P.J. de Itaguatins);
26.132 E-doc nº 07010226198201817 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003525 (7ª P.J. de Gurupi);	26.151 E-doc nº 07010228066201821 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000368 (1ª P.J. de Miranorte);
26.133 E-doc nº 07010226194201839 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003830 (7ª P.J. de Gurupi);	26.152 E-doc nº 07010228193201829 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000009 (9ª P.J. da Capital);
26.134 E-doc nº 07010226348201892 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002448 (28ª P.J. da Capital);	26.153 E-doc nº 07010228200201892 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000093 (9ª P.J. da Capital);
26.135 E-doc nº 07010226388201834 – Inquérito Civil Público nº 024/2018 (5ª P.J. de Porto Nacional);	26.154 E-doc nº 07010228184201838 – Inquérito Civil Público nº 2017.0000222 (9ª P.J. da Capital);
26.136 E-doc nº 07010226340201826 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005046 (1ª P.J. de Colinas);	26.155 E-doc nº 07010228188201816 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004053 (9ª P.J. da Capital);
26.137 E-doc nº 07010226556201891 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006036 (2ª P.J. de Colinas);	26.156 E-doc nº 07010228330201825 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006051 (P.J. de Ananás);
26.138 E-doc nº 07010226651201895 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003980 (7ª P.J. de Gurupi);	26.157 E-doc nº 07010228326201867 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006053 (P.J. de Ananás);
26.139 E-doc nº 07010226653201884 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005080 (7ª P.J. de Gurupi);	26.158 E-doc nº 07010228324201878 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006058 (P.J. de Ananás);
26.140 E-doc nº 07010226872201863 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006058 (P.J. de Ananás);	26.159 E-doc nº 07010228407201867 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004349 (9ª P.J. da Capital);
26.141 E-doc nº 07010226809201827 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006053 (P.J. de Ananás);	26.160 E-doc nº 07010228396201815 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001854 (9ª P.J. da Capital);
26.142 E-doc nº 07010226805201849 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000401 (1ª P.J. de Miranorte);	26.161 E-doc nº 07010226809201827 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006053 (P.J. de Ananás);
26.143 E-doc nº 07010227090201841 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006078 (1ª P.J. de Taguatinga);	26.162 E-doc nº 07010226788201841 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006051 (P.J. de Ananás);
26.144 E-doc nº 07010227107201861 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005199 (7ª P.J. de Gurupi);	26.163 E-doc nº 07010227071201815 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004314 (5ª P.J. de Araguaína);
26.145 E-doc nº 07010227442201869 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005179 (1ª P.J. de Arraias);	26.164 E-doc nº 07010227316201812 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003638 (23ª P.J. da Capital);
26.146 E-doc nº 07010227468201815 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002797 (P.J. de Filadélfia);	26.165 E-doc nº 07010227730201813 – Inquérito Civil Público nº 025/2018 (5ª P.J. de Porto Nacional);
26.147 E-doc nº 07010227474201864 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002792 (P.J. de Filadélfia);	26.166 E-doc nº 07010227717201864 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006161 (27ª P.J. da Capital);
26.148 E-doc nº 07010227593201817 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001867 (1ª P.J. de	26.167 E-doc nº 07010228072201887 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006251 (1ª P.J. de Taguatinga);
	26.168 E-doc nº 07010228178201881 – Inquérito Civil

- Público nº 2018.0006287 (1ª P.J. de Taguatinga);
- 26.169 E-doc nº 07010228168201845 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000420 (P.J. de Ananás);
- 26.170 E-doc nº 07010228166201856 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006280 (2ª P.J. de Colinas);
- 26.171 E-doc nº 07010228122201826 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006275 (2ª P.J. de Colinas);
- 26.172 E-doc nº 07010228121201881 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006274 (2ª P.J. de Colinas);
- 26.173 E-doc nº 07010228092201858 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000512 (1ª P.J. de Miranorte);
- 26.174 E-doc nº 07010228723201839 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003790 (9ª P.J. da Capital);
- 26.175 E-doc nº 07010228606201875 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003329 (9ª P.J. da Capital);
- 26.176 E-doc nº 07010228607201811 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004111 (9ª P.J. da Capital);
- 26.177 E-doc nº 07010228618201816 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006366 (2ª P. J de Colinas);
- 26.178 E-doc nº 07010228629201881 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006375 (2ª P.J. de Colinas);
- 26.179 E-doc nº 07010228729201814 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003963 (9ª P.J. da Capital);
- 26.180 E-doc nº 07010228631201859 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006377 (2ª P.J. de Colinas);
- 26.181 E-doc nº 07010228633201848 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006378 (2ª P.J. de Colinas);
- 26.182 E-doc nº 07010228634201892 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006379 (2ª P.J. de Colinas);
- 26.183 E-doc nº 07010228701201879 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006393 (2ª P.J. de Colinas);
- 26.184 E-doc nº 07010228706201818 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006398 (2ª P.J. de Colinas);
- 26.185 E-doc nº 07010228702201813 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006394 (2ª P.J. de Colinas);
- 26.186 E-doc nº 07010228703201868 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006395 (2ª P.J. de Colinas);
- 26.187 E-doc nº 07010228704201811 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006396 (2ª P.J. de Colinas);
- 26.188 E-doc nº 07010228705201857 – Inquérito Civil Público nº 2018.0006397 (2ª P.J. de Colinas);
- 26.189 E-doc nº 07010228636201881 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001794 (9ª P.J. da Capital);
- 26.190 E-doc nº 07010228639201815 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003478 (9ª P.J. da Capital);
- 26.191 E-doc nº 07010228641201894 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003788 (9ª P.J. da Capital);
- 26.192 E-doc nº 07010228643201883 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003787 (9ª P.J. da Capital);
- 26.193 E-doc nº 07010228646201817 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004825 (9ª P.J. da Capital);
- 26.194 E-doc nº 07010228649201851 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005372 (9ª P.J. da Capital);
- 26.195 E-doc nº 07010227039201831 - Inquéritos Civis Públicos nº 2018.0005248, 2018.0004117, 2018.0004119, 2018.0004807, 2018.0000171, 2018.0004115, 2018.0004116, 2017.0001561, 2017.0001951, 2017.0005274, 2018.0000233, 2018.0000435, 2018.0000507, 2018.0004223, 2018.0005255 e 2018.0005867, 2018.0000563 (P.J. de Almas);
- 27 Expedientes comunicando conversão de Procedimentos Preparatórios em Inquéritos Civis Públicos:
- 27.1 E-doc nº 07010223256201851 - Procedimentos Preparatórios nº 012/2015, 021/2015 e 044/2009 em Inquéritos Civis Públicos nº 12/2015, 021/2015 e 044/2009 (6ª P.J. de Araguaína);
- 27.2 E-doc nº 07010223261201863 – Procedimentos Preparatórios nº 044/2015, 047/2015, 048/2015 e 051/2015; 046/2016, 061/2016, 062/2016, 063/2016, 067/2016 e 068/2016 em Inquéritos Civis Públicos nº 044/2015, 047/2015; 048/2015 e 051/2015; 046/2016, 061/2016, 062/2016, 063/2016, 067/2016 e 068/2016 (6ª P.J. de Araguaína);
- 27.3 E-doc nº 07010223264201813 – Procedimentos Preparatórios nº 062/2015, 072/2015 e 074/2015; 069/2016, 070/2016, 081/2016 e 086/2016; 119/2017, 120/2017, 123/2017 e 124/2017 em Inquéritos Civis Públicos nº 062/2015, 072/2015 e 074/2015; 069/2016, 070/2016, 081/2016 e 086/2016; 119/2017, 120/2017, 123/2017 e 124/2017 (6ª P.J. de Araguaína);
- 27.4 E-doc nº 07010224523201815 – Procedimento Preparatório nº 2017.0001315 em Inquérito Civil Público nº 2017.0001315 (6ª P.J. de Araguaína);
- 28 Expedientes informando instauração de

Procedimentos Preparatórios:

- 28.1 E-doc nº 07010223120201841 - Procedimento Preparatório nº 2018.0005552 (27ª P.J. da Capital)
- 28.2 E-doc nº 07010223194201887 - Procedimento Preparatório nº 2018.0005558 (27ª P.J. da Capital);
- 28.3 E-doc nº 07010223259201894 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003742 (12ª P.J. de Araguaína);
- 28.4 E-doc nº 07010223301201877 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003766 (28ª P.J. da Capital);
- 28.5 E-doc nº 07010223731201899 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003766 (28ª P.J. da Capital);
- 28.6 E-doc nº 07010224086201821 - Procedimento Preparatório nº 2018.0005662 (5ª P.J. de Araguaína);
- 28.7 E-doc nº 07010224112201811 - Procedimento Preparatório nº 2018.0005011 (6ª P.J. de Gurupi);
- 28.8 E-doc nº 07010224120201868 - Procedimento Preparatório nº 2018.0005031 (6ª P.J. de Gurupi);
- 28.9 E-doc nº 07010224124201846 - Procedimento Preparatório nº 2018.0005032 (6ª P.J. de Gurupi);
- 28.10 E-doc nº 07010224249201876 - Procedimento Preparatório nº 2018.0005679 (2ª P.J. de Tocantinópolis);
- 28.11 E-doc nº 07010224251201845 - Procedimento Preparatório nº 2018.0005680 (2ª P.J. de Tocantinópolis);
- 28.12 E-doc nº 07010224260201836 - Procedimento Preparatório nº 2018.0005600 (1ª P.J. de Cristalândia);
- 28.13 E-doc nº 07010224262201825 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003533 (6ª P.J. de Araguaína);
- 28.14 E-doc nº 07010224264201814 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003532 (6ª P.J. de Araguaína);
- 28.15 E-doc nº 07010224266201811 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003397 (6ª P.J. de

Araguaína);

- 28.16 E-doc nº 07010224269201847 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003395 (6ª P.J. de Araguaína);
- 28.17 E-doc nº 07010224271201816 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003199 (6ª P.J. de Araguaína);
- 28.18 E-doc nº 07010224274201851 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003398 (6ª P.J. de Araguaína);
- 28.19 E-doc nº 07010224277201893 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003391 (6ª P.J. de Araguaína);
- 28.20 E-doc nº 07010224295201875 - Procedimento Preparatório nº 201.0005685 (27ª P.J. da Capital);
- 28.21 E-doc nº 07010224320201811 - Procedimento Preparatório nº 2018.0005365 (27ª P.J. da Capital);
- 28.22 E-doc nº 07010224410201811 - Procedimento Preparatório nº 2018.0005678 (22ª P.J. da Capital);
- 28.23 E-doc nº 07010224439201893 - Procedimento Preparatório nº 2018.0004168 (6ª P.J. de Araguaína);
- 28.24 E-doc nº 07010224443201851 - Procedimento Preparatório nº 2018.0004933 (6ª P.J. de Araguaína);
- 28.25 E-doc nº 07010225347201821 – Procedimento Preparatório nº 2018.0005230 (6ª P.J. de Gurupi);
- 28.26 E-doc nº 07010225161201871 – Procedimento Preparatório nº 2017.0003550 (6ª P.J. de Araguaína);
- 28.27 E-doc nº 07010225217201898 – Procedimento Preparatório nº 2018.0005833 (2ª P.J. de Tocantinópolis);
- 28.28 E-doc nº 07010225250201818 – Procedimento Preparatório nº 2018.0005715 (22ª P.J. da Capital);
- 28.29 E-doc nº 07010225505201842 – Procedimento Preparatório nº 2017.0003559 (6ª P.J. de Araguaína);
- 28.30 E-doc nº 07010225685201862 – Procedimento

Preparatório nº 2018.0005909 (2ª P.J. de Tocantinópolis);	Preparatório nº 2018.0005991 (22ª P.J. da Capital);
28.31 -doc nº 07010223450201836 – Procedimento Preparatório nº 2018.0005581 (27ª P.J. da Capital);	28.47 E-doc nº 07010226279201817 – Procedimento Preparatório nº 2018.0003946 (1ª P.J. de Cristalândia);
28.32 E-doc nº 07010223518201887 – Procedimento Preparatório nº 2018.0005596 (2ª P.J. de Tocantinópolis);	28.48 E-doc nº 07010226329201866 – Procedimento Preparatório nº 2018.0006006 (1ª P.J. de Arapoema);
28.33 E-doc nº 07010223519201821 – Procedimento Preparatório nº 2018.0005597 (2ª P.J. de Tocantinópolis);	28.49 E-doc nº 07010226368201863 – Procedimento Preparatório nº 2018.0006011 (27ª P.J. da Capital);
28.34 E-doc nº 07010223520201856 – Procedimento Preparatório nº 2018.0005598 (2ª P.J. de Tocantinópolis);	28.50 E-doc nº 07010226398201871 – Procedimento Preparatório nº 2018.0006015 (27ª P.J. da Capital);
28.35 E-doc nº 07010223613201881 – Procedimento Preparatório nº 2018.0005599 (2ª P.J. de Tocantinópolis);	28.51 E-doc nº 07010226646201882 – Procedimento Preparatório nº 2018.0006038 (27ª P.J. da Capital);
28.36 E-doc nº 07010223678201826 – Procedimento Preparatório nº 2018.0005596 (2ª P.J. de Tocantinópolis);	28.52 E-doc nº 07010226620201834 – Procedimento Preparatório nº 2018.0006037 (27ª P.J. da Capital);
28.37 E-doc nº 07010224802201871 – Procedimento Preparatório nº 2017.0003926 (9ª P.J. de Araguaína);	28.53 E-doc nº 07010225966201815 – Procedimento Preparatório nº 2018.0000043 (6ª P.J. de Araguaína);
28.38 E-doc nº 07010224804201861 – Procedimento Preparatório nº 2017.0003546 (6ª P.J. de Araguaína);	28.54 E-doc nº 07010225968201812 – Procedimento Preparatório nº 2018.0004722 (6ª P.J. de Araguaína);
28.39 E-doc nº 07010224806201859 – Procedimento Preparatório nº 2018.0004725 (6ª P.J. de Araguaína);	28.55 E-doc nº 07010225970201883 – Procedimento Preparatório nº 2018.0004347 (6ª P.J. de Araguaína);
28.40 E-doc nº 07010225367201818 – Procedimento Preparatório nº 2018.0005832 (5ª P.J. de Araguaína);	28.56 E-doc nº 07010225972201872 – Procedimento Preparatório nº 2018.0004188 (6ª P.J. de Araguaína);
28.41 E-doc nº 07010225425201897 – Procedimento Preparatório nº 2018.0005868 (5ª P.J. de Araguaína);	28.57 E-doc nº 07010227387201815 – Procedimento Preparatório nº 2018.0000191 (12ª P.J. de Araguaína);
28.42 E-doc nº 07010225455201811 – Procedimento Preparatório nº 2018.0005784 (P.J. de Colméia);	28.58 E-doc nº 07010227535201893 – Procedimento Preparatório nº 2018.0006142 (2ª P.J. de Tocantinópolis);
28.43 E-doc nº 07010225503201853 – Procedimento Preparatório nº 2017.0003557 (6ª P.J. de Araguaína);	28.59 E-doc nº 07010227555201864 – Procedimento Preparatório nº 2018.0006144 (2ª P.J. de Tocantinópolis);
28.44 E-doc nº 07010225930201831 – Procedimento Preparatório nº 2018.0005943 (27ª P.J. da Capital);	28.60 E-doc nº 07010227879201819 – Procedimento Preparatório nº 2018.0006200 (P.J. de Arapoema);
28.45 E-doc nº 07010225933201875 – Procedimento Preparatório nº 2018.0005944 (27ª P.J. da Capital);	28.61 E-doc nº 07010227965201813 – Procedimento Preparatório nº 2018.0006218 (5ª P.J. de Araguaína);
28.46 E-doc nº 07010226150201817 – Procedimento	28.62 E-doc nº 07010228431201812 – Procedimento Preparatório nº 2018.0000382 (12ª P.J. de Araguaína);
	28.63 E-doc nº 07010226730201812 – Procedimento

- Preparatório nº 2018.0005424 (28ª P.J. da Capital);
- 28.64 E-doc nº 07010226732201895 – Procedimento Preparatório nº 2018.0005407 (28ª P.J. da Capital);
- 28.65 E-doc nº 07010227149201818 – Procedimento Preparatório nº 2018.0000067 (6ª P.J. de Araguaína);
- 28.66 E-doc nº 07010227152201815 – Procedimento Preparatório nº 2018.0000072 (6ª P.J. de Araguaína);
- 28.67 E-doc nº 07010227327201894 – Procedimento Preparatório nº 2018.0006114 (23ª P.J. da Capital);
- 28.68 E-doc nº 07010227323201814 – Procedimento Preparatório nº 2018.0006113 (23ª P.J. da Capital);
- 28.69 E-doc nº 07010227998201855 – Procedimento Preparatório nº 2018.0000138 (9ª P.J. da Capital);
- 28.70 E-doc nº 07010228025201833 – Procedimento Preparatório nº 2018.0000146 (9ª P.J. de Araguaína);
- 28.71 E-doc nº 07010228020201819 – Procedimento Preparatório nº 2018.0006205 (22ª P.J. da Capital);
- 28.72 E-doc nº 07010228075201811 – Procedimento Preparatório nº 2018.0000446 (9ª P.J. da Capital);
- 29 Expedientes informando prorrogação de prazo para conclusão de Inquéritos Cíveis Públicos, Procedimentos Preparatórios e Administrativos:
- 29.1 E-doc nº 07010223285201812 - Inquérito Civil Público nº 040/2015 (8ª P.J. de Gurupi);
- 29.2 E-doc nº 07010223345201813 - Inquérito Civil Público nº 008/2017 (13ª P.J. de Araguaína);
- 29.3 E-doc nº 07010223351201854 - Inquérito Civil Público nº 005/2017 (13ª P.J. de Araguaína);
- 29.4 E-doc nº 07010222793201883 - Inquérito Civil Público nº 020/2015 (12ª P.J. de Araguaína);
- 29.5 E-doc nº 07010223470201815 - Inquérito Civil Público nº 012/2016 (12ª P.J. de Araguaína);
- 29.6 E-doc nº 07010223474201895 - Inquérito Civil Público nº 013/2016 (12ª P.J. de Araguaína);
- 29.7 E-doc nº 07010223475201831 - Inquérito Civil Público nº 019/2017 (12ª P.J. de Araguaína);
- 29.8 E-doc nº 07010223429201831 - Inquérito Civil Público nº 2017.0000161 (28ª P.J. da Capital);
- 29.9 E-doc nº 07010223302201811 - Inquéritos Cíveis Públicos nº 001/2017, 002/2017, 003/2017, 004/2017, 005/2017 e 006/2017 (4ª P.J. de Colinas);
- 29.10 E-doc nº 07010224246201832 - Inquérito Civil Público nº 019/2011 (6ª P.J. de Gurupi);
- 29.11 E-doc nº 07010224296201811 - Inquérito Civil Público nº 007/2015 (5ª P.J. de Araguaína);
- 29.12 E-doc nº 07010224117201844 - Inquérito Civil Público nº 010/2017 (P.J. de Paranã);
- 29.13 E-doc nº 07010224024201811 - Inquérito Civil Público nº 007/2017 (P.J. de Paranã);
- 29.14 E-doc nº 07010223899201811 - Inquérito Civil Público nº 054/2015 (5ª P.J. de Porto Nacional);
- 29.15 E-doc nº 07010223858201816 - Inquérito Civil Público nº 003/2016 (5ª P.J. de Porto Nacional);
- 29.16 E-doc nº 07010223849201817 - Inquérito Civil Público nº 005/2017 (2ª P.J. de Colinas);
- 29.17 E-doc nº 07010223845201839 - Inquérito Civil Público nº 004/2017 (2ª P.J. de Colinas);
- 29.18 E-doc nº 07010223844201894 - Inquérito Civil Público nº 003/2017 (2ª P.J. de Colinas);
- 29.19 E-doc nº 07010223723201842 - Inquérito Civil Público nº 027/2016 (6ª P.J. de Gurupi);
- 29.20 E-doc nº 07010223710201873 - Inquérito Civil Público nº 004/2017 (P.J. de Xambioá);
- 29.21 E-doc nº 07010224851201811 – Inquérito Civil Público nº 013/2017 (P.J. de Paranã);
- 29.22 E-doc nº 07010224855201891 – Inquérito Civil Público nº 015/2017 (P.J. de Paranã);
- 29.23 E-doc nº 07010224944201838 – Inquérito Civil Público nº 003/2017 (P.J. de Arapoema);
- 29.24 E-doc nº 07010225034201872 – Inquérito Civil Público nº 020/2012 (2ª P.J. de Colinas);
- 29.25 E-doc nº 07010225145201889 – Inquérito Civil Público nº 028/2017 (22ª P.J. da Capital);
- 29.26 E-doc nº 07010225704201851 – Inquérito Civil Público nº 022/2017 (7ª P.J. de Porto Nacional);
- 29.27 E-doc nº 07010225344201897 – Inquéritos Cíveis Públicos nº 015/2016-MA; 019/2016-MA; 004/2017-SP e 005/2017-SP (7ª P.J. de Porto Nacional);
- 29.28 E-doc nº 07010225797201813 – Inquérito Civil

Público nº 009/2017 (P.J. de Ananás);	Araguaína);
29.29 E-doc nº 07010223671201812 – Inquéritos Civil Públicos nº 03/2017 e 07/2017 (P.J. de Xambioá);	29.48 E-doc nº 07010228466201835 – Inquérito Civil Público nº 032/2017 (P.J. de Gurupi);
29.30 E-doc nº 07010224418201878 – Inquérito Civil Público nº 01/2017 (P.J. de Arraias);	29.49 E-doc nº 07010223077201813 - Procedimento Preparatório nº 2017.0002194 (12ª P.J. de Araguaína);
29.31 E-doc nº 07010226320201855 – Inquérito Civil Público nº 004/2014 (5ª P.J. de Araguaína);	29.50 E-doc nº 07010223331201883 - Procedimento Preparatório nº 2018.0000212 (28ª P.J. da Capital);
29.32 E-doc nº 07010225995201887 – Inquérito Civil Público nº 006/2015 (6ª P.J. de Gurupi);	29.51 E-doc nº 07010223812201899 - Procedimento Preparatório nº 2017.0001555 (3ª P.J. de Porto Nacional);
29.33 E-doc nº 07010226019201841 – Inquéritos Civis Públicos nº 029/2017, 008/2014, 013/2014 e 005/2014 (5ª P.J. de Araguaína);	29.52 E-doc nº 07010223302201811 – Procedimentos Administrativos nº 001/2016, 002/2016, 003/2016, 004/2016, 005/2016, 006/2016, 007/2016, 008/2016, 009/2016, 010/2016, 012/2016, 014/2016, 015/2016, 016/2016, 017/2016, 018/2016, 019/2016, 020/2016, 021/2016, 022/2016, 023/2016, 024/2016, 026/2016, 027/2016, 028/2016, 029/2016, 030/2016, 031/2016, 032/2016, 001/2017, 004/2017 e 013/2017 (4ª P.J. de Colinas);
29.34 E-doc nº 07010226320201855 – Inquérito Civil Público nº 004/2014 (5ª P.J. de Araguaína);	29.53 E-doc nº 07010225494201817 – Procedimento Administrativo nº 003/2017 (2ª P.J. de Colinas);
29.35 E-doc nº 07010226454201876 – Inquérito Civil Público nº 045/2015 (6ª P.J. de Gurupi);	29.54 E-doc nº 07010225785201899 – Procedimento Preparatório nº 2017.0003373 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
29.36 E-doc nº 07010228100201866 – Inquérito Civil Público nº 12/2017 (9ª P.J. de Gurupi);	29.55 E-doc nº 07010224789201851 – Procedimento Administrativo nº 03/2017 (2ª P.J. de Colinas);
29.37 E-doc nº 07010228459201833 – Inquérito Civil Público nº 14/2017 (8ª P.J. de Gurupi);	29.56 E-doc nº 07010224791201829 – Procedimento Administrativo nº 04/2017 (2ª P.J. de Colinas);
29.38 E-doc nº 07010227261201832 – Inquérito Civil Público nº 10/2016 (P.J. de Novo Acordo);	29.57 E-doc nº 07010224792201873 – Procedimento Administrativo nº 05/2017 (2ª P.J. de Colinas);
29.39 E-doc nº 07010226741201886 – Inquérito Civil Público nº 2017.0000230 – Port. 943/2018 (28ª P.J. da Capital);	29.58 E-doc nº 07010224793201818 – Procedimento Administrativo nº 06/2017 (2ª P.J. de Colinas);
29.40 E-doc nº 07010227089201817 – Inquérito Civil Público nº 008/2017 (P.J. de Xambioá);	29.59 E-doc nº 07010224794201862 – Procedimento Administrativo nº 013/2017 (2ª P.J. de Colinas);
29.41 E-doc nº 07010227154201812 – Inquérito Civil Público nº 053/2016 (5ª P.J. de Porto Nacional);	29.60 E-doc nº 07010224795201815 – Procedimento Administrativo nº 012/2017 (2ª P.J. de Colinas);
29.42 E-doc nº 07010226474201847 – Inquérito Civil Público nº 072/2017 (28ª P.J. da Capital);	29.61 E-doc nº 07010224796201851 – Procedimento Administrativo nº 011/2017 (2ª P.J. de Colinas);
29.43 E-doc nº 07010227674201817 – Inquérito Civil Público nº 006/2017 (11ª P.J. de Araguaína);	29.62 E-doc nº 07010224797201812 – Procedimento Administrativo nº 010/2017 (2ª P.J. de Colinas);
29.44 E-doc nº 07010227630201897 – Inquérito Civil Público nº 022/2017 (9ª P.J. de Gurupi);	29.63 E-doc nº 07010224798201841 – Procedimento
29.45 E-doc nº 07010227611201861 – Inquérito Civil Público nº 014/2017 (9ª P.J. de Gurupi);	
29.46 E-doc nº 07010228183201893 – Inquérito Civil Público nº 013/2017 (P.J. de Tocantínia);	
29.47 E-doc nº 07010228313201898 – Inquéritos Civis Públicos nº 004/2016 e 040/2017 (5ª P.J. de	

Administrativo nº 09/2017 (2ª P.J. de Colinas);	Administrativo nº 2018.0005645 (5ª P.J. de Araguaína);
29.64 E-doc nº 07010224799201895 – Procedimento Administrativo nº 08/2017 (2ª P.J. de Colinas);	30.10 E-doc nº 07010224023201875 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005648 (P.J. de Almas);
29.65 E-doc nº 07010224800201881 – Procedimento Administrativo nº 07/2017 (2ª P.J. de Colinas);	30.11 E-doc nº 07010224234201816 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005677 (1ª P.J. de Taguatinga);
29.66 E-doc nº 07010226401201855 – Procedimento Preparatório nº 2017.0002418 (12ª P.J. de Araguaína);	30.12 E-doc nº 07010224964201817 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005754 (5ª P.J. de Araguaína);
29.67 E-doc nº 07010226409201811 – Procedimento Preparatório nº 2017.0002483 (12ª P.J. de Araguaína);	30.13 E-doc nº 07010225040201821 - Procedimento Administrativo nº 2017.0003296 (P.J. de Colméia);
29.68 E-doc nº 07010225992201843 – Procedimento Administrativo nº 2018/3262 (5ª P.J. de Araguaína);	30.14 E-doc nº 07010225155201814 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005039 (P.J. de Almas);
29.69 E-doc nº 07010227793201871 – Procedimentos Preparatórios nº 2018.0004114 e 2018.0004194 (22ª P.J. da Capital);	30.15 E-doc nº 07010225380201851 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005039 (P.J. de Alvorada);
30 Expedientes comunicando instauração de Procedimentos Administrativos:	30.16 E-doc nº 07010225509201821 – Procedimento Administrativo nº 2017.0005874 (P.J. de Arapoema);
30.1 E-doc nº 07010223104201858 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005598 (1ª P.J. de Taguatinga);	30.17 E-doc nº 07010225674201882 – Procedimento Administrativo nº 2017.0005903 (20ª P.J. da Capital);
30.2 E-doc nº 07010223204201884 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005560 (2ª P.J. de Tocantinópolis);	30.18 E-doc nº 07010225680201831 – Procedimento Administrativo nº 2018.0005886 (P.J. de Alvorada);
30.3 E-doc nº 07010224062201872 - Procedimento Administrativo nº 2017.0003605 (11ª P.J. de Araguaína);	30.19 E-doc nº 07010225779201831 – Procedimento Administrativo nº 2018.0005273 (P.J. de Almas);
30.4 E-doc nº 07010224132201892 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005665 (5ª P.J. de Araguaína);	30.20 E-doc nº 07010223408201815 – Procedimento Administrativo nº 2018.0005574 (6ª P.J. de Gurupi);
30.5 E-doc nº 07010224134201881 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005642 (5ª P.J. de Araguaína);	30.21 E-doc nº 07010223413201828 – Procedimento Administrativo nº 2018.0005576 (6ª P.J. de Gurupi);
30.6 E-doc nº 07010224136201871 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005542 (5ª P.J. de Araguaína);	30.22 E-doc nº 07010223420201821 – Procedimento Administrativo nº 2018.0005578 (P.J. de Almas);
30.7 E-doc nº 07010224138201861 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005644 (5ª P.J. de Araguaína);	30.23 E-doc nº 07010223630201818 – Procedimento Administrativo nº 002/2018 (CAOP do Consumidor);
30.8 E-doc nº 07010224140201839 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005643 (5ª P.J. de Araguaína);	30.24 E-doc nº 07010223580201879 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003445 (1ª P.J. de Taguatinga);
30.9 E-doc nº 07010224142201828 - Procedimento	30.25 E-doc nº 07010223728201875 – Procedimento Administrativo nº 2018.0005618 (6ª P.J. de Gurupi);
	30.26 E-doc nº 07010223978201813 – Procedimento

- | | |
|--|---|
| <p>Administrativo nº 2018.0005639 (P.J. de Alvorada);</p> <p>30.27 E-doc nº 07010223993201853 – Procedimento Administrativo nº 2018.0005647 (P.J. de Alvorada);</p> <p>30.28 E-doc nº 07010225008201844 – Procedimento Administrativo nº 2018.0005783 (1ª P.J. de Miranorte);</p> <p>30.29 E-doc nº 07010225320201838 – Procedimento Administrativo nº 2017.0002285 (P.J. de Palmeirópolis);</p> <p>30.30 E-doc nº 07010225837201827 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005934 (P.J. de Almas);</p> <p>30.31 E-doc nº 07010225845201873 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005936 (P.J. de Almas);</p> <p>30.32 E-doc nº 07010225854201864 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005937 (P.J. de Almas);</p> <p>30.33 E-doc nº 07010225917201882 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005941 (5ª P.J. de Araguaína);</p> <p>30.34 E-doc nº 07010225907201847 - Procedimento Administrativo nº 2018.0005942 (1ª P.J. de Miranorte);</p> <p>30.35 E-doc nº 07010226025201815 – Procedimento Administrativo nº 2018.0005940 (5ª P.J. de Araguaína);</p> <p>30.36 E-doc nº 07010226135201861 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003537 (11ª P.J. de Araguaína);</p> <p>30.37 E-doc nº 07010226600201863 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006036 (4ª P.J. da Capital);</p> <p>30.38 E-doc nº 07010227401201872 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006126 (27ª P.J. da Capital);</p> <p>30.39 E-doc nº 07010227376201827 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006123 (27ª P.J. da Capital);</p> <p>30.40 E-doc nº 07010227359201891 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006120 (27ª P.J. da Capital);</p> <p>30.41 E-doc nº 07010227370201851 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006121 (27ª P.J. da Capital);</p> <p>30.42 E-doc nº 07010227422201898 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006130 (27ª P.J. da Capital);</p> <p>30.43 E-doc nº 07010227406201811 – Procedimento</p> | <p>Administrativo nº 2018.0006127 (27ª P.J. da Capital);</p> <p>30.44 E-doc nº 07010227411201816 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006128 (27ª P.J. da Capital);</p> <p>30.45 E-doc nº 07010227416201831 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006129 (27ª P.J. da Capital);</p> <p>30.46 E-doc nº 07010227710201842 – Procedimento Administrativo nº 2018.0000311 (11ª P.J. de Araguaína);</p> <p>30.47 E-doc nº 07010227906201837 – Procedimento Administrativo nº 2018.0000325 (11ª P.J. de Araguaína);</p> <p>30.48 E-doc nº 07010228417201819 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006195 (5ª P.J. de Araguaína);</p> <p>30.49 E-doc nº 07010228419201891 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006197 (5ª P.J. de Araguaína);</p> <p>30.50 E-doc nº 07010228421201861 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006198 (5ª P.J. de Araguaína);</p> <p>30.51 E-doc nº 07010228423201851 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006196 (5ª P.J. de Araguaína);</p> <p>30.52 E-doc nº 07010226826201864 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006056 (GECEP);</p> <p>30.53 E-doc nº 07010226954201816 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006009 (5ª P.J. de Araguaína);</p> <p>30.54 E-doc nº 07010226952201819 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006008 (5ª P.J. de Araguaína);</p> <p>30.55 E-doc nº 07010226947201814 – Procedimento Administrativo nº 2018.0005831 (5ª P.J. de Araguaína);</p> <p>30.56 E-doc nº 07010227010201858 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006064 (27ª P.J. da Capital);</p> <p>30.57 E-doc nº 07010227024201871 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006065 (27ª P.J. da Capital);</p> <p>30.58 E-doc nº 07010227202201864 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006095 (27ª P.J. da Capital);</p> <p>30.59 E-doc nº 07010227320201872 – Procedimento</p> |
|--|---|

- Administrativo nº 2018.0006110 (1ª P.J. de Miranorte);
- 30.60 E-doc nº 07010227321201817 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006112 (1ª P.J. de Miranorte);
- 30.61 E-doc nº 07010227039201831 – Procedimentos Administrativos nº 2018.0000167, 2018.0000169, 2018.0000168, 2018.0005039, 2018.0005273, 2018.0005578, 2018.0005648 e 2018.0004249 (P.J. de Almas);
- 30.62 E-doc nº 07010227310201837 – Procedimento Administrativo nº 2018.00006108 (1ª P.J. de Miranorte);
- 30.63 E-doc nº 07010227311201881 – Procedimento Administrativo nº 2018.00006109 (1ª P.J. de Miranorte);
- 30.64 E-doc nº 07010227382201884 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006124 (27ª P.J. da Capital);
- 30.65 E-doc nº 07010227393201864 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006125 (27ª P.J. da Capital);
- 30.66 E-doc nº 07010228116201879 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006272 (2ª P.J. de Colinas);
- 30.67 E-doc nº 07010228043201815 – Procedimento Administrativo nº 2018.0000254 (9ª P.J. de Araguaína);
- 30.68 E-doc nº 07010228097201881 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006261 (2ª P.J. de Colinas);
- 30.69 E-doc nº 07010228096201836 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006258 (2ª P.J. de Colinas);
- 30.70 E-doc nº 07010228098201825 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006262 (2ª P.J. de Colinas);
- 30.71 E-doc nº 07010228099201871 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006263 (2ª P.J. de Colinas);
- 30.72 E-doc nº 07010228101201819 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006264 (2ª P.J. de Colinas);
- 30.73 E-doc nº 07010228112201891 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006268 (2ª P.J. de Colinas);
- 30.74 E-doc nº 07010228109201877 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006267 (2ª P.J. de Colinas);
- 30.75 E-doc nº 07010228106201833 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006265 (2ª P.J. de Colinas);
- 30.76 E-doc nº 07010228115201824 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006271 (2ª P.J. de Colinas);
- 30.77 E-doc nº 07010228114201881 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006270 (2ª P.J. de Colinas);
- 30.78 E-doc nº 07010228118201868 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006273 (2ª P.J. de Colinas);
- 30.79 E-doc nº 07010228186201827 – Procedimento Administrativo nº 2018.0000294 (9ª P.J. de Araguaína);
- 30.80 E-doc nº 07010228297201833 – Procedimento Administrativo nº 2018.0006307 (2ª P.J. de Colinas);
- 31 Expedientes comunicando Ajuizamento de Ações Cíveis Públicas – ACP:
- 31.1 E-doc nº 07010223351201854 - Inquérito Civil Público nº 005/2017 (13ª P.J. de Araguaína);
- 31.2 E-doc nº 07010223356201887 - Inquérito Civil Público nº 006/2017 (13ª P.J. de Araguaína);
- 31.3 E-doc nº 07010223370201881 - Inquérito Civil Público nº 010/2017 (P.J. de Filadélfia);
- 31.4 E-doc nº 07010224166201887 - Inquérito Civil Público nº 005/2017 (P.J. de Xambioá);
- 31.5 E-doc nº 07010224058201812 - Inquérito Civil Público nº 026/2014 (5ª P.J. de Porto Nacional);
- 31.6 E-doc nº 07010223539201819 - Notícia de Fato nº 2018.0004301 (P.J. de Itacajá);
- 31.7 E-doc nº 07010225257201831 – Inquérito Civil Público nº 024/2017 (P.J. de Alvorada);
- 31.8 E-doc nº 07010225769201812 – Inquérito Civil Público nº 2018.0005534 (22ª P.J. da Capital);
- 31.9 E-doc nº 07010224253201834 – Inquérito Civil Público nº 2017.0000445 (P.J. de Itacajá);
- 31.10 E-doc nº 07010225345201831 - Notícia de Fato nº 2018.0005794 (6ª P.J. de Gurupi);
- 31.11 E-doc nº 07010225911201813 – Inquérito Civil Público nº 043/2015 (1ª P.J. de Paraíso);
- 31.12 E-doc nº 07010226007201817 – Inquérito Civil Público nº 064/2015 (1ª P.J. de Paraíso);
- 31.13 E-doc nº 07010226199201861 – Inquéritos Cíveis Públicos nº 057/2016 e 70/2016 (5ª P.J. de Porto Nacional);
- 31.14 E-doc nº 07010228304201813 – Procedimentos Preparatórios nº 2017.0000352 e 2017.0001258 (7ª P.J. de Porto Nacional);
- 31.15 E-doc nº 07010226895201878 – Inquérito Civil Público nº 002/2017 (P.J. de Xambioá);
- 31.16 E-doc nº 07010226742201821 – Procedimentos Administrativos nº 2018.0000324, 2018.0003182,

- 1818.0004554, e 1818.0004816 (5ª P.J. de Araguaína);
- 31.17 E-doc nº 07010226975201823 – Inquérito Civil Público nº 005/2014 (4ª P.J. de Porto Nacional);
- 31.18 E-doc nº 07010226851201848 – Procedimentos Administrativos nº 2018.0004085; 2018.0004049; 2018.0005016; 2018.0005228; 2018.0005302; 2018.0005304; 2018.0005306; 2018.0005354 e 2018.0005941 (5ª P.J. de Araguaína);
- 31.19 E-doc nº 07010227590201883 – Inquérito Civil Público nº 017/2015 (5ª P.J. de Porto Nacional);
- 32 Expedientes comunicando arquivamento/finalização de Procedimentos extrajudiciais:
- 32.1 E-doc nº 07010223974201827 - Procedimento Preparatório nº 2017.0002358 (28ª P.J. da Capital);
- 32.2 E-doc nº 07010223746201857 - Inquérito Civil Público nº 008/2017 (6ª P.J. de Gurupi);
- 32.3 E-doc nº 07010224947201871 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000545 (20ª P.J. da Capital);
- 32.4 E-doc nº 07010224766201845 – Procedimento Administrativo nº 2018.0000035 (P.J. de Filadélfia);
- 32.5 E-doc nº 07010225488201843 – Inquérito Civil Público nº 02/2017 (2ª P.J. de Colinas);
- 32.6 E-doc nº 07010226199201861 – Inquéritos Civis Públicos nº 057/2016 e 70/2016 (5ª P.J. de Porto Nacional);
- 32.7 E-doc nº 07010226282201831 – Inquérito Civil Público nº 2016/12479 (22ª P.J. da Capital);
- 32.8 E-doc nº 07010228338201891 – Procedimento Administrativo nº 006/2017 (2ª P.J. de Colinas);
- 32.9 E-doc nº 07010226738201862 – Procedimentos Administrativos nº 2017.0003405; 2017.0003407; 2017.0003589; 2018.0004459; 2018.0004460; 2018.0004818; 2018.0004840; 2018.0004949; 2018.0005017 e 2018.5018 (5ª P.J. de Araguaína);
- 32.10 E-doc nº 07010228153201887 – Procedimento Preparatório nº 003/2017 (2ª P.J. de Colinas);
- 33 Expedientes comunicando firmamento de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC:
- 33.1 E-doc nº 07010225371201861 – Notícia de Fato nº 2018.0005698 (12ª P.J. de Araguaína);
- 34 Expediente informando Ajuizamento de Medida Protetiva:
- 34.1 E-doc nº 07010227815201818 – Inquérito Civil Público nº 031/2017 (9ª P.J. de Gurupi);
- 35 Expedientes informando instauração de Notícias de Fato:
- 35.1 E-doc nº 07010226007201817 – Notícia de Fato nº 2018.0005831 (5ª P.J. de Araguaína);
- 35.1.1. E-doc nº 07010226520201816 – Notícia de Fato nº 2018.0006032 (3ª P.J. de Guaraí);
- 35.2 E-doc nº 07010227158201892 – Notícia de Fato nº 2018.0006090 (3ª P.J. de Guaraí);
- 35.3 E-doc nº 07010227160201861 – Notícia de Fato nº 2018.0006091 (3ª P.J. de Guaraí);
- 35.4 E-doc nº 07010227164201841 – Notícia de Fato nº 2018.0006092 (3ª P.J. de Guaraí);
- 35.5 E-doc nº 07010227525201858 – Notícia de Fato nº 2018.0006141 (3ª P.J. de Guaraí);
- 35.6 E-doc nº 07010227729201899 – Notícia de Fato nº 2018.0006162 (3ª P.J. de Guaraí);
- 35.7 E-doc nº 07010227731201868 – Notícia de Fato nº 2018.0006163 (3ª P.J. de Guaraí);
- 35.8 E-doc nº 07010227734201818 – Notícia de Fato nº 2018.0006164 (3ª P.J. de Guaraí);
- 36 Expediente informando Aditamento de Procedimentos Extrajudiciais:
- 36.1 E-doc nº 07010227717201864 – Inquérito Civil Público nº 2017.0000789 – Port. 037/2017 (23ª P.J. da Capital);
- 37 E-doc nº 07010227682201863 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Guaraí. Assunto: Informa remessa do Procedimento Administrativo nº 2017.0001524 à 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína;
- 38 Apreciação de feitos:
- 38.1 Feitos apresentados pelo Conselheiro José Omar de Almeida de Júnior:
- 38.1.1. Autos CSMP nº 531/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 236/2015;
- 38.1.2. Autos CSMP nº 014/2018 – Interessada: 21ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº

2013.2.29.21.0062;

38.1.3. Autos CSMP nº 029/2018 – Interessada: 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 009/2016;

38.1.4. Autos CSMP nº 034/2018 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 001/2017;

38.1.5. Autos CSMP nº 060/2018 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2013/12898 (2013.6.29.27.0197);

38.1.6. Autos CSMP nº 104/2018 - Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2013/11827 (2013.6.29.27.0183);

38.1.7. Autos CSMP nº 109/2018 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2013/24562 (2013.6.29.27.0555);

38.1.8. Autos CSMP nº 114/2018 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2014/9502 (2014.6.29.27.0346);

38.1.9. Autos CSMP nº 160/2018 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 204/2014;

38.1.10. Autos CSMP nº 176/2018 – Interessada: Promotoria de Justiça de Miranorte. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 004/2015;

38.1.11. Autos CSMP nº 191/2018 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2013/9197 (2013.6.29.27.0116);

38.1.12. Autos CSMP nº 722/2018 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Declínio de Atribuição do Inquérito Civil Público nº 2017.3.29.22.0221;

38.2 Feitos da relatoria do Conselheiro Alcir Raineri Filho:

38.2.1. Autos CSMP nº 125/2012 – Interessada: Promotoria de Justiça de Paranã. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 01/2011;

38.2.2. Autos CSMP nº 126/2012 – Interessada: Promotoria de Justiça de Paranã. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 01/2011;

38.2.3. Autos CSMP nº 176/2016 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2010.2.29.28.0029 (2010/4046);

38.2.4. Autos CSMP nº 191/2016 - Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 023/2013;

38.2.5. Autos CSMP nº 328/2016 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 249/2015;

38.2.6. Autos CSMP nº 359/2016 – Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 46/2014;

38.2.7. Autos CSMP nº 356/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preliminar nº 001/2007;

38.2.8. Autos CSMP nº 368/2017 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 009/2014;

38.2.9. Autos CSMP nº 403/20107 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 15/2010 (2010/4049);

38.2.10. Autos CSMP nº 438/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 061/2014 (2014/14037);

38.2.11. Autos CSMP nº 448/2017 – Interessada: 3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 009/2016;

38.2.12. Autos CSMP nº 473/2017 –

- Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 013/2015;
- 38.2.13. Autos CSMP nº 488/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Arapoema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 018/2016;
- 38.2.14. Autos CSMP nº 518/23017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 263/2015;
- 38.2.15. Autos CSMP nº 528/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 269/2015;
- 38.2.16. Autos CSMP nº 656/2017 – Interessada: 3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 002/2016;
- 38.2.17. Autos CSMP nº 661/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Axixá. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 005/2016;
- 38.2.18. Autos CSMP nº 666/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preliminar nº 009/2005;
- 38.2.19. Autos CSMP nº 671/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento da Peça de Informação nº 2176/2004;
- 38.2.20. Autos CSMP nº 691/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Cristalândia. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 07/2013;
- 38.2.21. Autos CSMP nº 696/2017 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 035/2016;
- 38.2.22. Autos CSMP nº 005/2018 – Interessada: 21ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 2013.7.29.21.0010;
- 38.2.23. Autos CSMP nº 010/2018 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2013.2.29.22.0022;
- 38.2.24. Autos CSMP nº 020/2018 – Interessada: Promotoria de Justiça de Araguaçu. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 002/2012;
- 38.2.25. Autos CSMP nº 135/2018 – Interessada: 3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 005/2016;
- 38.2.26. Autos CSMP nº 495/2018 – Interessada: Promotoria de Justiça de Palmeirópolis. Assunto: Declínio de Atribuição da Notícia de Fato nº 023/2016;
- 38.2.27. Autos E-Ext. nº 2018.0000188 – Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Recurso Administrativo contra decisão de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2018.0000188;
- 38.3 Feitos da relatoria do Conselheiro João Rodrigues Filho:
- 38.3.1. Autos CSMP nº 538/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 020/2015;
- 38.3.2. Autos CSMP nº 558/2017 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 2015.2.29.22.0114;
- 38.3.3. Autos CSMP nº 578/2017 – Interessado: Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GECEP. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 002/2012;
- 38.3.4. Autos CSMP nº 702/2017 – Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 054/2014;
- 38.3.5. Autos CSMP nº 741/2017 – Interessada: 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 006/2016;

- 38.3.6. Autos CSMP nº 769/2017 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 064/2015;
- 38.3.7. Autos CSMP nº 787/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 315/2016;
- 38.3.8. Autos CSMP nº 789/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 303/2016;
- 38.3.9. Autos CSMP nº 827/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Almas. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 017/2015;
- 38.3.10. Autos CSMP nº 830/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Alvorada. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 026/2016;
- 38.3.11. Autos CSMP nº 835/2017 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 039/2016;
- 38.3.12. Autos CSMP nº 836/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 002/2016;
- 38.3.13. Autos CSMP nº 850/2017 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 009/2015;
- 38.3.14. Autos CSMP nº 852/2017 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2015.6.29.23.0450;
- 38.3.15. Autos CSMP nº 862/2017 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2016/1989 2016.6.29.28.0064;
- 38.4 Feitos da relatoria do Conselheiro José Demóstenes de Abreu:
- 38.4.1. Autos CSMP nº 188/2016 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2015.2.29.22.0101;
- 38.4.2. Autos CSMP nº 198/2016 – Interessada: 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 009/2015;
- 38.4.3. Autos CSMP nº 296/2016 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2015.2.29.22.0029;
- 38.4.4. Autos CSMP nº 325/2016 – Interessada: 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 017/2015;
- 38.4.5. Autos CSMP nº 340/2016 – Interessada: 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 031/2015;
- 38.4.6. Autos CSMP nº 356/2016 – Interessada: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 003/2015;
- 38.4.7. Autos CSMP nº 740/2016 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 016/2015;
- 38.4.8. Autos CSMP nº 737/2016 – Interessado: Ministério Público Federal. Assunto: Declínio de atribuição da Notícia de Fato nº 1.36.000.000121/2017-08, originada do Inquérito Civil Público nº 058/2016, oriundo da 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins;
- 38.4.9. Autos CSMP nº 149/2017 – Interessada: 7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 017/2014;
- 38.4.10. Autos CSMP nº 266/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 009/2012;
- 38.4.11. Autos CSMP nº 291/2017 –

- Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 060/2014 (2014/14036);
- 38.4.12. Autos CSMP nº 296/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 047/2014 (2014/12172);
- 38.4.13. Autos CSMP nº 301/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 017/2014 (2014/11254);
- 38.4.14. Autos CSMP nº 306/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 032/2014 (2014/11560);
- 38.4.15. Autos CSMP nº 311/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Wanderlândia. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 003/2016;
- 38.4.16. Autos CSMP nº 316/2017 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 040/2016;
- 38.4.17. Autos CSMP nº 321/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 005/2011 (2011/3360);
- 38.4.18. Autos CSMP nº 326/2017 - Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento da Representação nº 011/2010;
- 38.4.19. Autos CSMP nº 331/2017 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público nº 185/2014;
- 38.4.20. Autos CSMP nº 336/2017 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público nº 061/2014;
- 38.4.21. Autos CSMP nº 341/2017 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 040/2015;
- 38.4.22. Autos CSMP nº 353/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Arraias. Assunto: Recurso Administrativo em face do Indeferimento da Notícia de Fato nº 66/2016;
- 38.4.23. Autos CSMP nº 365/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 059/2014 (2014/14035);
- 38.4.24. Autos CSMP nº 375/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 004/2014 (2014/4384);
- 38.4.25. Autos CSMP nº 383/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 056/2014 (2014/14032);
- 38.4.26. Autos CSMP nº 393/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 058/2014 (2014/14034);
- 38.4.27. Autos CSMP nº 410/2017 - Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 184/2014 (2014/23483);
- 38.4.28. Autos CSMP nº 420/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 110/2015;
- 38.4.29. Autos CSMP nº 445/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 046/2014 (2014/12169);
- 38.4.30. Autos CSMP nº 470/2017 - Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso. Assunto: Promoção de Arquivamento

- do Inquérito Civil Público nº 063/2016;
- 38.4.31. Autos CSMP nº 480/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Wanderlândia. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 016/2015;
- 38.4.32. Autos CSMP nº 495/2017 - Interessada: Promotoria de Justiça de Arapoema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 008/2016;
- 38.4.33. Autos CSMP nº 505/2017 - Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 007/2014 (2014/6822);
- 38.4.34. Autos CSMP nº 525/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 254/2015;
- 38.4.35. Autos CSMP nº 584/2017 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público 055/2015;
- 38.4.36. Autos CSMP nº 615/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 023/2016;
- 38.4.37. Autos CSMP nº 640/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 242/2015;
- 38.4.38. Autos CSMP nº 228/2018 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso. Assunto: Declínio de Atribuição do Inquérito Civil Público nº 003/2017;
- 38.4.39. Autos CSMP nº 689/2018 – Interessada: Promotoria de Justiça de Colméia. Assunto: Declínio de Atribuição da Notícia de Fato nº 062/2016;

38.5 Feitos da relatoria do Conselheiro Marco Antonio Alves Bezerra:

- 38.5.1. Autos CSMP nº 057/2016 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº. 043/2006;
- 38.5.2. Autos CSMP nº 332/2016 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 013/2015;
- 38.5.3. Autos CSMP nº 543/2016 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2012.2.29.22.0098;
- 38.5.4. Autos CSMP nº 109/2017 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Recurso Contra Decisão de Indeferimento da Notícia de Fato nº 009/2017;
- 38.5.5. Autos CSMP nº 350/2017 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 001/2014;
- 38.5.6. Autos CSMP nº 413/2017 - Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 018/2014 (2014/14127);
- 38.5.7. Autos CSMP nº 432/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 051/2014 (2014/12195);
- 38.5.8. Autos CSMP nº 457/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 126/2015;
- 38.5.9. Autos CSMP nº 482/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Wanderlândia. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 032/2015;
- 38.5.10. Autos CSMP nº 536/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 013/2015;
- 38.5.11. Autos CSMP nº 561/2017 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de

Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento da Representação nº 021/2012;

38.5.12. Autos CSMP nº 586/2017 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 023/2016;

38.5.13. Autos CSMP nº 637/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Paranã. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 011/2017;

38.5.14. Autos CSMP nº 025/2018 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 022/2015;

38.5.15. Autos CSMP nº 065/2018 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2014/81;

38.5.16. Autos CSMP nº 070/2018 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 006/2017;

38.5.17. Autos CSMP nº 308/2018 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 044/2015;

38.5.18. Autos CSMP nº 496/2018 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 003/2017;

38.5.19. Autos CSMP nº 690/2018 – Interessada: Promotoria de Justiça de Colméia. Assunto: Declínio de Atribuição da Notícia de Fato nº 063/2016;

38.5.20. Autos CSMP nº 916/2018 – Interessada: 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Declínio de Atribuição do Inquérito Civil Público nº 08/2015;

38.5.21. Autos E-Ext. nº 2017.0002641 – Interessada: Promotoria de Justiça de Filadélfia. Assunto: Declínio de atribuição da Notícia de Fato nº 2017.0002641;

39 Outros Assuntos.

PUBLIQUE-SE.

Palmas, 7 de junho de 2018.

José Omar de Almeida Júnior

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 918/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 2014.6.29.30.0503, oriundo da Promotoria de Justiça de Itacajá, visando apurar possível inobservância de regras legais de proteção e resguardo ao trabalhador A. A. S, vítima de acidente de trabalho que ceifara sua vida, na Prefeitura Municipal de Itapiratins. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 919/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 031/2015, oriundo da 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, visando apurar eventuais irregularidades decorrentes de conduta omissiva do jurídico e do chefe do executivo do município de Porto Nacional, quanto a necessidade de interposição de recurso e ajuizamento de ação rescisória, causando prejuízo aos cofres públicos. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 920/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 003/2017, oriundo da Promotoria de Justiça de Wanderlândia, visando apurar supostas irregularidades da prestação de contas do ordenador de despesas do Município de Darcinópolis, no exercício financeiro do ano de 2013. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 921/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 012/2014, oriundo da Promotoria de Justiça de Wanderlândia, visando apurar suposto ato de improbidade administrativa praticado pelo poder executivo do município de Darcinópolis, consistente em realizar pagamento ao servidor W. P. A., sem a devida contraprestação laboral. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 922/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 520/2008, oriundo da Promotoria de Justiça de Wanderlândia, visando apurar eventual ato de improbidade administrativa supostamente praticado pelo ex-Prefeito de Darcinópolis, consistente em irregularidades na prestação de contas do ano de 2004, referente aos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 923/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Procedimento Investigatório Preliminar nº. 007/2011, oriundo da Promotoria de Justiça de Araguaçu, visando apurar prováveis atos ímprobos atribuíveis ao ex-Prefeito do Município de Sandolândia, pelo recebimento de diárias sem comprovação de finalidade pública, no exercício de 2005. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 924/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 055/2017, oriundo da 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína, visando apurar suposto descarte irregular de água servida na Rua Liberdade, Quadra 23, Setor Itapuã, em Araguaína. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 925/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 2017.2.29.24.0049, oriundo da 24ª Promotoria de Justiça da Capital, visando averiguar a regularidade ambiental do estabelecimento denominado Amazonas Centro Automotivo. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 926/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 014/2011, oriundo da 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins, visando apurar eventual ato de improbidade administrativa consistente na má gestão da Fundação Municipal de Ensino Superior de Colinas do Tocantins – FECOLINAS, durante os anos de 2005 a 2008. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 927/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 009/2014, oriundo da 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso, visando apurar suposta violação a direitos de idosos pelas empresas e pessoas físicas responsáveis pelo transporte urbano, semiurbano e intermunicipal nos municípios da Comarca de Pedro Afonso. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 928/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 012/2011, oriundo da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, visando apurar supostos prejuízos ao meio ambiente urbano, desenvolvimento urbanístico e ao patrimônio público, decorrentes de doações de lotes públicos na área integrante do Loteamento Chácara 89, destinados ao projeto de regularização fundiária, sem o apontamento de irregularidades específicas por ocasião da instauração. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 929/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 106/2015, oriundo da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, visando apurar suposta transferência de bem público a particular por valor ínfimo, no Município de Araguaína. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 930/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 017/2017, oriundo da Promotoria de Justiça de Itacajá, visando averiguar regularidade de operação e licenciamentos ambientais da empresa Cerâmica Dois Irmãos, no Município de Itacajá. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 931/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 002-A/2017, oriundo da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, visando apurar suposta inconstitucionalidade do Projeto Lei Municipal nº 048/2011, no Município de Araguaína. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 932/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 005/2010, oriundo da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, visando apurar supostas irregularidades, supostamente cometidas pelo chefe do executivo de Araguaína, decorrentes de atrasos no repasse dos valores descontados dos vencimentos de associados para o pagamento do plano de saúde da Unimed. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 933/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 115/2017, oriundo da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, visando apurar supostas irregularidades na execução do convênio 044/2013, firmado entre a Secretaria Estadual de Saúde e o Hospital e Maternidade Dom Orione, apontadas em relatório de auditoria realizada no HMDO. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 934/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº. 005/2017, oriunda da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, visando apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de irregularidades nas contas consolidadas no ano de 2008, no Município de Muricilândia. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 935/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 043/2015, oriundo da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, visando apurar suposta acumulação irregular de cargos públicos pela servidora G. O. M., no Hospital de Doenças Tropicais – HDT, e como Superintendente da Atenção Básica, na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Araguaína. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 936/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 083/2015, oriundo da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, visando apurar suposta prática de nepotismo na gestão 2013/2016, no Poder Executivo do Município de Aragominas. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 937/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 028/2017, oriundo da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, visando apurar possíveis irregularidades nas obras de pavimentação asfáltica das ruas do Setor Palmas, em Araguaína. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 938/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 079/2015, oriundo da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, visando apurar denúncia anônima de servidores fantasmas na Secretaria de Administração do Estado do Tocantins, tendo como representados A. L. V. S. e D. P. C. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 939/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº. 198/2012, oriunda da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, visando apurar suposto erro de tributação do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) sobre imóveis do residencial JS Topázio, no Município de Araguaína. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 940/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 207/2016, oriundo da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, visando apurar suposto abandono de veículo de propriedade do Município de Santa Fé do Araguaia, resultando em deterioração, na gestão de V. L. S. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 941/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº. 119/2013, oriunda da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, visando apurar possível ato de improbidade administrativa decorrente de denúncia dando conta do uso de veículo da Secretaria do Trabalho e Assistência Social - SETAS, na madrugada do dia 14/12/2013, em que houve o descarregamento de sextas básicas em residência na Rua Princesa Isabel, em Araguaína. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 942/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 107/2015, oriundo da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, visando apurar suposta má gestão, superfaturamento de compras e nepotismo, na Escola Municipal Cabo Luzimar Machado. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 943/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 120/2015, oriundo da 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso, visando apurar supostas práticas de improbidade administrativa, concernentes a irregularidades no FUNDEB, no Município de Bom Jesus do Tocantins, entre os anos de 1997 a 2000, sob a gestão do representado F. C. L. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 944/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 051/2017 – 2017.3.29.28.0050, oriundo da 9ª Promotoria de Justiça da Capital, visando apurar eventual ilegalidade na suspensão do auxílio-alimentação dos servidores contratados pela Câmara Municipal de Palmas. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 945/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Procedimento Preliminar nº. 005/2012, oriundo da Promotoria de Justiça de Novo Acordo, visando apurar supostas irregularidades no Transporte Escolar dos Municípios que compõem a Comarca de Novo Acordo. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 946/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº. 017/2017, oriundo da 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi, visando apurar denúncia do não funcionamento do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, do Município de Dueré. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 947/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 014/2016, oriundo da 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi, visando apurar notícia de construção irregular de casas na área de preservação permanente do Córrego Pouso do Meio, Rua 16, Quadra 02, Setor Jardim Tocantins, em Gurupi. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 948/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 006/2016, oriundo da 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi, visando apurar uso de entorpecentes e outras práticas ilícitas em imóvel residencial abandonado, na Rua São Pedro, em Gurupi. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 949/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 005/2017, oriundo da 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi, visando apurar uso de entorpecentes, bebidas alcoólicas e outras práticas ilícitas por crianças e adolescentes em imóvel abandonado na Avenida Goiás, em Gurupi. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 950/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 009/2017, oriundo da Promotoria de Justiça de Paranã, visando apurar responsabilidade da ex-prefeita municipal pela substituição de dois HD's de computadores na área de finanças e contabilidade da Prefeitura Municipal de Paranã, sem a preservação dos arquivos através do backup. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 951/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento da Representação nº. 047/2011, oriunda da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, visando apurar suposta fraude em procedimento licitatório deflagrado pelo Município de Araguaína, Pregão Presencial nº 16/2011, cujo objeto versa acerca da aquisição de placas de sinalização de trânsito para uso nas vias públicas do Município. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 952/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento da Representação nº. 069/2011, oriunda da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, visando apurar descumprimento do plano de cargos, carreiras e salários (PCCS) dos profissionais de educação pelo Município de Araguaína. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 953/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 038/2017, oriundo da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, visando apurar supostos atos de improbidade administrativa, com possível dano ao erário e ofensa aos princípios da administração pública, decorrentes de irregularidades nas contas do ordenador de despesas da Câmara Municipal de Nova Olinda, no exercício de 2010. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu

Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 954/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 002-F/2010, oriundo da 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, visando apurar superlotação da Casa de Acolhimento Ana Carolina Tenório, e acompanhar a implementação de políticas públicas de acolhimento familiar, em Araguaína. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 955/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 002/2014, oriundo da 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína, visando apurar irregularidades no Programa Municipal de Acolhimento Familiar de Araguaína. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 956/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 2017.3.29.30.0051 – 2017/3670, oriundo da 30ª Promotoria de Justiça da Capital, visando apurar irregularidades na Federação Tocantinense de Basketball, na gestão de M. F., com suposto descumprimento das obrigações estatutárias, omissão de informações, ausência de eventos no ano de 2015 e falta de prestação de contas. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 957/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 001/2015, oriundo da Promotoria de Justiça de Arraias, visando apurar irregularidades nos serviços de Atenção Básica no Município de Arraias. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 958/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 004/2017, oriundo da Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins, visando apurar possível prática de abuso de poder econômico por parte da ATS em face dos consumidores de Mateiros, com relação aos serviços de água e esgotamento sanitário. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 959/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 008/2017, oriundo da Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins, visando apurar recebimento de verbas municipais por funcionários da "Escolinha de futebol", sem a devida contratação, no Município de Ponte Alta do Tocantins. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 960/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 002/2017, oriundo da Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins, visando apurar quais condições foram determinantes na escassez de combustível para as ambulâncias do município de Ponte Alta do Tocantins. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 961/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 031/2017, oriundo da 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi, visando apurar suposta ilegalidade na concessão de benefícios fiscais, consistente em parcelamento de dívidas e descontos de IPTU, visando a obtenção de apoio político às vésperas das eleições municipais de 2016, no Município de Gurupi. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

EDITAL

O Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. José Demóstenes de Abreu, Procurador de Justiça, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 212 do Regimento Interno do CSMP, dá ciência a quem possa interessar que os Autos CSMP nº. 963/2018 aportaram no Conselho Superior com o intuito de apreciação da Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº. 2017.3.29.24.0072 – 2017/6402, oriundo da 24ª Promotoria de Justiça de Justiça de Capital, visando apurar supostas irregularidades e possíveis danos ambientais decorrentes da instalação do aterro sanitário de Palmas. Informa a qualquer associação legitimada ou a quem tenha legítimo interesse que, querendo, poderá apresentar, até a data da sessão de julgamento, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos. Esclarece também que, durante o mencionado prazo, os autos estarão à disposição dos interessados na Secretaria do Conselho.

Palmas, 05 de junho de 2018.

José Demóstenes de Abreu
Secretário do CSMP/TO

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PP/1033/2018

Processo: 2018.0000091

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do Promotor de Justiça signatário, em substituição automática junto à 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no uso das atribuições previstas no artigo 25, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, e art. 2º e seguintes da Resolução nº 03/2008, do CSMP/TO;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, competindo-lhe, entre outras, ações em defesa do patrimônio público e da probidade administrativa;

CONSIDERANDO que a Administração Pública de qualquer dos entes da Federação, inclusive suas sociedades de economia mista, empresas públicas e entidades autárquicas e fundacionais, devem necessariamente obedecer aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do artigo 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o esgotamento do prazo para a conclusão da Notícia de Fato de mesma numeração, instaurada a partir de relatório do TCE informando a inadequação do Portal da Transparência de Araguaína, onde, dentre outras irregularidades, não haveria a disponibilização de todos os procedimentos licitatórios.

CONSIDERANDO que os fatos noticiados, se comprovados, podem configurar ato de improbidade administrativa lesivo aos princípios reitores da Administração Pública e ao erário, nos termos da Lei 8.429/92, sujeitando o infrator e demais partícipes às sanções previstas na legislação indicada, bem como à reparação de eventual dano ao erário;

CONSIDERANDO, por fim, a impossibilidade de seguimento das investigações em sede de Notícia de Fato, diante da impropriedade do procedimento e esgotamento do prazo para a conclusão sem a resposta do Município de Araguaína;

RESOLVE:

Converter a Notícia de Fato em PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO com o objetivo apurar as irregularidades apontadas, determinando, para tanto, as seguintes providências:

- 1) Registro no sistema informatizado;
- 2) Designo o Analista Ministerial Marcos Almeida Brandão para secretariar o feito;
- 3) Cientifique-se ao Colendo Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins e a Ouvidoria do Ministério Público da instauração do Inquérito Civil, com cópia da presente portaria, para

os fins do artigo 62 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 51/08 e artigo 19, §2º, Incisos I e II, da Resolução nº 003/2008 do CSMP/TO;

4) Afixe-se cópia da presente Portaria no placar da sede da Promotoria de Justiça, lavrando-se a respectiva certidão;

5) Reitere-se o ofício do evento 3 ao Município de Araguaína, com cópia do relatório do TCE, solicitando a remessa ao Ministério Público do seguinte:

- Informações sobre os fatos noticiados e se as irregularidades apontadas foram sanadas pelo Município.

Cumpra-se.

Data e hora do painel.

Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira
Promotor de Justiça
em substituição automática

ARAGUAINA, 28 de Maio de 2018

Documento assinado por meio eletrônico
PAULO ALEXANDRE RODRIGUES DE SIQUEIRA
06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

AUTOS Nº: 2017.2.29.09.0059

NÚMERO NO ARQUIMEDES: 2017/8233

NATUREZA : PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

ASSUNTO : averiguar suposta ilegalidade em uso indevido de ajuda de custo por parte de auditores fiscais

DESPACHO DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de procedimento preparatório instaurado, em data de 22/05/2017, para apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa, por agentes públicos ocupantes do cargo de auditores fiscais do Município de Palmas, em decorrência de suposta ilegalidade no recebimento de ajuda de custos para uso de veículo próprio, todavia os mesmos estariam usando veículos e motoristas da Prefeitura Municipal de Palmas.

É o sucinto relatório.

Da análise perfunctória dos fatos, constata-se que a referida denúncia anônima é extremamente vaga, pois não deixa claro quem seriam os possíveis servidores que estariam utilizando

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

indevidamente veículo pertente à municipalidade. Não há identificação ou indicação de nomes de servidores públicos que poderiam estar envolvidos nos supostos desvios de finalidade.

O Secretário Municipal de Finanças informou através de ofício que os auditores fiscais recebem ajuda de custo, a título de indenização de transportes, pago aos auditores que utilizam veículo particular durante a realização das diligências e trabalhos do cargo.

Assim, considerando a impossibilidade de maiores diligências, em razão da denúncia ser anônima, não se vislumbra justa causa para a instauração de inquérito civil público.

Portanto, ausente qualquer elemento de convicção, de irregularidade, ilegalidade ou abuso de poder, outra alternativa não resta senão promover o arquivamento do presente procedimento.

Pelo exposto, com fundamento no art. 21, da Resolução nº 003/2008 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, à luz do art. 9º da Lei Federal nº 7.347/85, PROMOVO O ARQUIVAMENTO DO Procedimento Preparatório atuado sob o nº 2017.2.29.09.0059 .

Determino, nos termos do art. 21, § 2º, da Resolução nº 003/2008 e seus parágrafos seguintes, no prazo improrrogável de 03 (três) dias, a remessa dos presentes autos ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público para o necessário reexame da matéria.

Determino ainda, conforme preconiza o art. 21, § 2º, da Resolução nº 003/2008, que seja promovida a notificação, via Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Tocantins - DOMP, para que, caso algum interessado, em querendo, recorra ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público Estadual, no prazo de 10 (dez) dias.

Em cumprimento as disposições do art. 21, § 2º, da Resolução nº 003/2008, dê-se ciência da presente promoção de arquivamento às seguintes pessoas físicas e jurídicas: i) Município de Palmas, através da Procuradoria Geral do Município, cientificando-os que eventual recurso deve ser encaminhado a este Órgão de Execução no prazo de 10 dias, a contar da data de cientificação.

Decorrido o prazo sem manifestação, remetam-se os autos ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Havendo recurso, venham-me conclusos, para os fins do art. 5º, § 2º, da Resolução CNMP nº 23/2007¹.

A presente decisão se aplica, de igual forma, no que tange ao procedimento em apenso, autos nº 2014.6.29.09.0652, eis que tem o mesmo objeto. Efetue-se o traslado desta decisão para os autos em apenso.

Cumpra-se.

Palmas, TO, 04 de junho de 2018.

EDSON AZAMBUJA
Promotor de Justiça

¹ Art. 5º, § 2º As razões de recurso serão protocoladas junto ao órgão que indeferiu o pedido, devendo ser remetidas, caso não haja reconsideração, no prazo de três dias, juntamente com a representação e com a decisão impugnada, ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva para apreciação.

AUTOS Nº: 2017.2.29.09.0057

NÚMERO NO ARQUIMEDES: 2017/8146

NATUREZA: averiguar possível improbidade administrativa por parte de servidor da Prefeitura de Palmas, TO, no uso de caminhões do Município em serviços particulares

DESPACHO DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Trata-se de Procedimento Preparatório instaurado no Ministério Público do Estado do Tocantins, sob o nº 2017.2.29.09.0057, em data de 19/05/2017, por meio de denúncia anônima apresentada a esta Promotoria de Justiça.

O denunciante relata que caminhões da Prefeitura Municipal de Palmas estariam realizando serviços particulares para uma empresa situada na antiga pista do aeroporto, de nome ORALLIS.

Os serviços prestados pela municipalidade são de jardinagem, plantação de grama e ornamentação de jardins e canteiros.

O reclamante declara ainda que os serviços foram realizados rapidamente, no máximo em dois dias. Juntou fotos e vídeos da realização do serviço efetuado pela municipalidade de Palmas.

É o sucinto relatório.

Passa-se a análise do mérito.

O Ministério Público do Estado do Tocantins, em data 02 de março de 2016, requisitou diligências no local onde os fatos ocorreram, com a finalidade de averiguar a veracidade dos fatos.

O oficial de diligência certificou o seguinte:

- “1) Existe dois canteiros de gramas em frente ao consultório, já em área pública;
- 2) O terreno onde foi realizado os serviços pertence a imóvel particular e parte em área pública;
- 3) A empresa RSN presta serviço para a Prefeitura de Palmas.”

Na seqüência, ainda em diligência, o oficial esteve também na Secretaria Municipal de Infraestrutura, no setor de engenharia, onde foi informado o seguinte:

“os prédios vicinais são contraídos na sua base e possui uma marquise na parte superior e que o proprietário do imóvel somente tem a obrigação de fazer o piso na área externa até o alinhamento vertical, o restante como calçada e estacionamento se trata de área pública, cuja responsabilidade é da Prefeitura Municipal. O mesmo sustenta que quando visitou o consultório Orallis, foi atendido pela sra. Juliana Moreira Garcia Milhomem, esposa do Odontólogo, proprietário da empresa Orallis. Juliana, foi questionada a respeito de quem havia construído o jardim e a mesma informou que foi um parente de seu esposo, pois colocaram as salas na condição de fazer o acabamento e quando estava tudo pronto para inaugurar o consultório, servidores ou prestadores de serviço da Prefeitura foram tapar um buraco que tinha próximo a calçada e também arrancar um pé de manga que ali havia e, danificou aquela área, em função disso, requereram da Prefeitura o reparo pelos danos provocados, e esta atendeu a solicitação”. (sic).

Assim, os serviços prestados pelo municipalidade ocorreram em área pública.

as investigações encetadas pelo Ministério Público do Estado do Tocantins coletaram elementos probatórios que levaram à conclusão diversa do cenário apontado no início da instauração do presente procedimento, evidenciando de forma indene de dúvidas a inexistência da ocorrência de ato de improbidade administrativa, eis que **da análise atenta do relatório do senhor Oficial de Diligência encartado nos autos, constata-se que não restou demonstrada a presença de ilegalidade na conduta do servidor ou servidores públicos.**

Por assim ser, torna-se evidente a ausência de fundamentos para a propositura de Ação Civil Pública Para Responsabilização Por Ato de Improbidade Administrativa da investigada.

Portanto, ausente qualquer elemento de convicção, de irregularidade, ilegalidade ou abuso de poder, outra alternativa não resta senão promover o arquivamento do presente procedimento.

Pelo exposto, com fundamento no art. 21, da Resolução nº 003/2008 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, à luz do art. 9º da Lei Federal nº 7.347/85, PROMOVO O ARQUIVAMENTO do Procedimento Preparatório autuado sob o nº 2017.2.29.09.0057.

Determino, nos termos do art. 21, § 2º, da Resolução nº 003/2008 e seus parágrafos seguintes, no prazo improrrogável de 03 (três) dias, a remessa dos presentes autos ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público para o necessário reexame da matéria.

Determino ainda, conforme preconiza o art. 21, § 2º, da Resolução nº 003/2008, que seja promovida a notificação, via Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Tocantins - DOMP, para que, caso algum interessado, em querendo, recorra ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público Estadual, no prazo de 10 (dez) dias.

Em cumprimento as disposições do art. 21, § 2º, da Resolução nº 003/2008, dê-se ciência da presente promoção de arquivamento às seguintes pessoas físicas e jurídicas: i) Município de Palmas, através da Procuradoria Geral do Município, **cientificando-os que eventual recurso deve ser encaminhado a este Órgão de Execução no prazo de 10 dias, a contar da data de cientificação.**

Decorrido o prazo sem manifestação, remetam-se os autos ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Havendo recurso, venham-me conclusos, para os fins do art. 5º, § 2º, da Resolução CNMP nº 23/2007¹.

A presente decisão se aplica, de igual forma, no que tange ao procedimento em apenso, autos nº 2014.6.29.09.0652, eis que tem o mesmo objeto. Efetue-se o traslado desta decisão para os autos em apenso.

Cumpra-se.

Palmas, TO, 04 de junho de 2018.

EDSON AZAMBUJA
Promotor de Justiça

¹ Art. 5º, § 2º As razões de recurso serão protocoladas junto ao órgão que indeferiu o pedido, devendo ser remetidas, caso não haja reconsideração, no prazo de três dias, juntamente com a representação e com a decisão impugnada, ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva para apreciação.

7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PIC/1182/2018

Processo: 2018.0006042

Assunto (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Meio Ambiente.

Objeto: "Apurar possível crime ambiental consistente desmatar 11.0103 hectares de vegetação nativa em área de preservação permanente e ilegalidade na desmatamento de 244,5772 hectares de reserva legal na Fazenda Maria Bonita, município de Crixás do Tocantins – TO, de forma contrária às normas regulamentares".

Representante: COAMA

Representados: Ricardo de Jesus Miranda, Umberto Ferreira da Silva e Stalin Beze Bucar

Área de atuação: Meio Ambiente, Falências, Concordatas e Precatórios.

Documento de Origem: N.F. nº. 2018.0006042

Data da instauração: 07/06/2018

Data prevista para finalização: 07/09/2018

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi-TO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 129, inciso III da Constituição da República; art. 8º, § 1º, da Lei Federal nº. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública); art. 21, inciso I, da Lei Federal 8.625/435330941-2093; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08;

CONSIDERANDO o teor do Parecer Técnico nº. 017/2018 do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente – CAOMA, que constatou possíveis ilícitos e irregularidades na Fazenda "Maria Bonita", zona rural do município de Crixás do Tocantins – TO;

CONSIDERANDO que consta do relatório que foram desmatados 244,7552 hectares da possível crime ambiental consistente desmatar 11.0103 hectares de vegetação nativa em área de preservação permanente e 244,5772 hectares de reserva legal na Fazenda Maria Bonita, município de Crixás do Tocantins – TO, de forma contrária às normas regulamentares área de reserva legal, os quais foram compensados na propriedade denominada "Quinhão 7", localizada no município de Babaçulândia – TO;

CONSIDERANDO que a compensação de reserva legal autorizada pelo Naturatins contraria o disposto no art. 66, do Código Florestal, vez que a área de reserva legal compensada na Fazenda Maria Bonita não era consolidada e foi desmatada após a vigência do novo código;

CONSIDERANDO que o desmatamento ocorrido em área de reserva legal embora não constitua crime, é passível de reparação do dano, conforme a obrigatoriedade constante do art. 17, § 4º, da Lei nº. 12.651/2012 (Código Florestal);

CONSIDERANDO a necessidade de apurar melhor os fatos que possuem reflexos nas esferas administrativa, cível e criminal;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

CONSIDERANDO as disposições da Recomendação CGMP nº. 029/2015, sobre a correta utilização da tabela de taxonomia do Conselho Nacional do Ministério Público, especificamente o item 1.4;

CONSIDERANDO, por fim, que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil para a proteção dos direitos do consumidor, do meio ambiente, do patrimônio público e de outros interesses difusos e coletivos;

Resolve:

Instaurar PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL, tendo por objeto “apurar possível crime ambiental consistente desmatar 11.0103 hectares de vegetação nativa em área de preservação permanente e ilegalidade no desmatamento de 244,5772 hectares de reserva legal na Fazenda Maria Bonita, município de Crixás do Tocantins – TO, de forma contrária às normas regulamentares” (art. 2º, II, da Resolução n.º 013/2006, CNMP e art. 3º, da Resolução n.º. 01/2013 – CPJ).

Como providências iniciais, determina-se:

1. a baixa dos autos à Secretaria para realização das anotações de praxe;

2. nomear para secretariar os trabalhos um técnico ministerial ou analista ministerial lotado na Promotoria de Justiça de Gurupi-TO, que deve desempenhar a função com lisura e presteza;

3. a comunicação ao Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Tocantins, acerca da instauração do presente Procedimento Investigatório Criminal, nos termos do art. 6º, da Resolução n.º. 001/2013 CPJ;

4. Oficie-se ao NATURATINS para que no prazo de 10 (dez) dias, proceda vistoria na Fazenda Maria Bonita e informe a tipologia da vegetação desmatada na Área de Preservação Permanente – APP, e na área de Reserva Legal que foram desmatadas pelo Primeiro Investigado, se se trata de Floresta Estacional Semidecidual ou de cerrado, remetendo cópia eletrônica da legenda fotográfica, caso tenha, para o endereço: promotoriasgpi@mpto.mp.br;

5. Oficie-se ao NATURATINS para que no prazo de 10 (dez) dias, remeta cópia (impressa ou digitalizada) dos processos Naturatins n.º. 1979/20104-V, 1984-2014-V e 1985/2014-V;

6. Notifique-se a Investigada, para, caso queira, no prazo de 10 (dez) dias apresentar informações que considere adequadas e acompanhar o feito, nos termos do art. 7º, da Resolução n.º. 13/2006, CNMP;

7. O presente Procedimento Investigatório Criminal deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, mediante decisão fundamentada do Membro responsável pela condução (Res. 13/2006, CNMP, art. 12), devendo a secretária atentar-se para o seu vencimento.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GURUPI, 07 de Junho de 2018

Documento assinado por meio eletrônico
MARIA JULIANA NAVES DIAS DO CARMO
07ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARÁÍ

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - ICP/1184/2018

Processo: 2018.0005254

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo 3º Promotor de Justiça de Guaráí-TO, no exercício de suas atribuições previstas no art. 129, III, da Constituição Federal, art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93, art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08;

Considerando que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

Considerando que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as nomeações para os cargos comissionados, declarados em lei de livre nomeação e exoneração (artigo 37, II, da Constituição Federal);

Considerando que a Administração Pública deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37, caput, da Constituição Federal);

Considerando que durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira (artigo 37, inciso IV da Constituição Federal);

Considerando que é inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido (Súmula Vinculante 43);

Considerando a necessidade de se apurar, no âmbito do Município de Guaráí-TO, a existência de eventuais servidores públicos que tenham ascendido na carreira de Agente Escolar de Saúde para os cargos de Assistente Administrativo (com violação ao disposto no artigo 37, II, da Magna Carta);

Considerando que existem candidatos aprovados no Concurso Público para Provimento de Cargos efetivos da Administração do Município de Guaráí/TO, regido pelo Edital nº 01/2016, de 11 de março de 2016 que supostamente estão sendo preteridos;

Considerando que o concurso público é a porta democrática e impessoal, que permite o acesso de todos, em igualdade de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

condições, aos cargos e empregos públicos;

Considerando a necessidade de apuração dos fatos noticiados, suas causas e eventuais responsabilidades e que ao Ministério Público do Estado do Tocantins compete apurar eventual ofensa aos princípios da Administração Pública, RESOLVE instaurar o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – ICP, conforme preconiza o art. 4º, § 4º, da Resolução nº 003/08/CSMP/TO, para continuidade da apuração dos fatos, figurando como interessados o Município de Guaraí/TO e José Bernardo da Costa Neto;

Determinar a realização das seguintes diligências:

a) autue-se e registre-se o presente inquérito civil, utilizando-se a tabela de taxonomia definida pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP: CLASSE: EXTRAJUDICIAIS (910000)/ PROCEDIMENTOS DO MP (910001)/ INQUÉRITO CIVIL (910004); ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO CONCURSO PÚBLICO/ EDITAL/CLASSIFICAÇÃO E/OU PRETERIÇÃO (10381)/ SERVIDOR PÚBLICO CIVIL (10219);

b) cientifique-se o E. Conselho Superior do Ministério Público, por intermédio do sistema E-ext, dando-lhe conhecimento acerca da instauração do presente inquérito civil público, conforme determina o art. 9º, da Resolução n.º 003/2008, em consonância com as diretrizes do Informativo CSMP no 002/2017, do Conselho Superior do Ministério Público;

c) afixe-se cópia da presente portaria no local de costume, observando as demais disposições da Resolução nº 003/2008 CSMP/TO;

d) oficie-se o Município de Guaraí/TO requerendo informações sobre o concurso Público do Quadro Geral, Saúde, Educação e Assistência Social EDITAL N. 001/2016, tais como as nomeações dos candidatos aprovado, a existência de cargos vagos e a possibilidade de nomeação dos candidatos do cadastro de reserva, bem como do ato administrativo que transferiu os servidores do cargo de Agente Escolar de Saúde para o cargos de Assistente Administrativo

e) notifique-se o noticiante José Bernardo da Costa Neto acerca da instauração do presente inquérito civil;

f) encaminhe-se extrato da presente portaria à Área Operacional de Publicidade dos Atos Oficiais, via Sistema E-Doc, a fim de que se proceda à publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, nos moldes entabulados no Ato n. 017/2016 da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins;

g) concluídas as diligências, volvam-se os autos conclusos para análise.

GUARAI, 07 de Junho de 2018

Documento assinado por meio eletrônico
ADRIANO ZIZZA ROMERO
03ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARAI

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FIGUEIRÓPOLIS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº: ICP/1181/2018

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Figueirópolis/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Representação Anônima

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposto ato de improbidade administrativa praticado pelo Prefeito do Município de Figueirópolis-TO, consistente em efetuar o pagamento de salário à servidora Karoline Alencar Bandeira (cargo enfermeira), sem a devida prestação do serviço, configurando a situação de “funcionário fantasma”.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Figueirópolis/TO, 07/06/2018.

QUEREMOS OUVIR VOCÊ!

OUVIDORIA MPE
Sugira Denuncie Questione

(63) 3216-7598
(63) 3216-7575

www.mpto.mp.br
ouvidoria@mpto.mp.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil